

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Atuação do Assistente Social: a experiência do
desastre climático de 2011 no município de Nova
Friburgo**

Camila Cabral da Ponte
DRE: 108074567

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosana Morgado

Abril/2017

RESUMO

O presente estudo objetiva contribuir com reflexões acerca das possibilidades de atuação do assistente social no âmbito das questões socioambientais, sobretudo em situações de desastres. Para o estudo utilizou-se metodologia qualitativa com base na tese de que o objeto de estudo das Ciências Sociais é, sobretudo qualitativo uma vez que a referida disciplina é munida de instrumentos e teorias que permitem uma abordagem aproximada da vida dos seres humanos em sociedade. Nesse sentido, priorizou-se discutir as condições sociais que engendram e precedem os eventos com o objetivo de desmistificar a naturalização dos desastres entendendo o território como espaço à ser compreendido e explorado para a compreensão do fenômeno. Buscou-se então, a oposição à naturalização dos desastres, defendendo-o como um fenômeno inerentemente social, destacando que o ambiente é produto de uma construção social e histórica. Ademais, realizou-se revisão de relatórios e arquivos pertinentes ao campo de estágio e uma revisão sistemática de bibliografia pertinente ao tema “desastres naturais e sobre a atuação do assistente social neste contexto de intervenção profissional. O município de Nova Friburgo, um dos cenários do denominado megadesastre de 2011, ocorrido na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, ainda sofre com as mazelas produzidas pela ausência do Estado refletida na carência de políticas públicas para a prevenção e redução de danos. Nesse contexto, o assistente social, entendido como profissional crítico inserido e pensado no contexto contra-hegemônico, caminha a passos tímidos para a legitimação e incorporação deste espaço em sua prática cotidiana. Percebe-se a necessidade da incorporação da temática pelas universidades visando à formação de profissionais capazes ao enfrentamento frente a estes eventos para além de intervenções pontuais emergenciais. Sugere-se a incorporação acadêmica de disciplinas em cursos de nível superior que discutam a temática da atuação profissional em desastres. Espera-se que, dessa maneira, seja possível superar o caráter imediatista das ações assim como estimular a produção de conhecimento científico e, conseqüentemente, a legitimação deste espaço de atuação. Como limites da inserção do assistente social neste contexto a posição periférica da questão socioambiental nos programas governamentais em todos os níveis e a alta suscetibilidade às flutuações político-institucionais, pela hegemonia de uma cultura política conservadora e clientelística, pela carência de financiamento para pesquisas integradas interdisciplinares, e pelo baixo nível de interação entre as instituições de gestão e de pesquisa científico-tecnológica e as comunidades locais.

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1 – Percentual dos desastres naturais mais recorrentes no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1991 a 2012.....	17
Gráfico 2 – Composição percentual de desastres em relação ao total, 1991-2010.....	17
Gráfico 3 – Percentual de ocorrência de enxurradas por região do Brasil, no período de 1991 a 2012	18
Gráfico 4 – Percentual de ocorrência de movimentos de massa por região do Brasil, no período de 1991 a 2012	18
Gráfico 5 – Frequência mensal de desastres por enxurradas e movimentos de massa no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1991 a 2012.	20
Gráfico 6 – Perfil demográfico por faixa etária do município de Nova Friburgo.	24
Gráfico 7 – Produto interno Bruto do município de Nova Friburgo.	27
Gráfico 8 – Número de pessoas abrigadas no município de Nova Friburgo em fevereiro de 2012	31
Gráfico 9 – Perdas e danos, distribuição por setor econômico.....	33
Gráfico 10 – Demanda de imóveis populares por município	33
Figura 1 – Regiões de governo e municípios do estado do Rio de Janeiro	22
Figura 2 – Distritos do município de Nova Friburgo	25
Anexo I – Listagem dos abrigos provisórios destinados ao acolhimento das vítimas da tragédia de Nova Friburgo.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Classificação de desastres segundo Origem, periodicidade, evolução e intensidade	11
Tabela II – Desastres Naturais no Brasil, 1991-2010.....	16
Tabela III – Danos humanos registrados por municípios fluminenses, ocasionados pelos desastres naturais de janeiro de 2011	21
Tabela IV – População total por município da região	22
Tabela V – Dados demográficos por distrito segundo Censo IBGE 2010	25
Tabela VI –Ações do governo para redução de vulnerabilidades socioambientais geradas pelas forças motrizes, pressões e situações do desenvolvimento aplicado no território.....	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
METODOLOGIA.....	7
CAPÍTULO I: TERRITÓRIO, RISCO E VULNERABILIDADE: O QUE PRECEDE O DESASTRE?.....	8
1.1 – A naturalização do fenômeno climático e o papel dos processos sociais na caracterização dos desastres	8
1.2 –Território, Risco e Vulnerabilidade.....	11
CAPÍTULO II: O PERFIL GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A EXPERIÊNCIA PRÁTICA DE INTERVENÇÃO	15
2.1 – Perfil e ocorrência dos desastres climáticos no Brasil	15
2.2 – A Região Serrana e o município de Nova Friburgo	21
2.3 – O campo de prática	28
2.4 – Resultados e reflexões.....	30
CAPÍTULO III:INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO DESASTRE	34
CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como motivação a experiência de estágio e extensão do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com a Secretaria de Assistência Social do município de Nova Friburgo, localizado no Estado do Rio de Janeiro. O estágio foi desenvolvido e vinculado ao currículo acadêmico no contexto das fortes chuvas que atingiram o Estado do Rio de Janeiro em janeiro de 2011, evento considerado como o maior desastre climático já registrado no país e que gerou inúmeros desabamentos e deslizamentos de terra, deixando um saldo de 889 mortos, 568 feridos, 9.437 desabrigados, 28 804 desalojados, 38 desaparecidos e mais de 166 000 afetados. Como desalojados compreendem-se os indivíduos cujas habitações foram danificadas ou destruídas, mas que não, necessariamente, precisam de abrigos temporários. Muitas famílias buscam hospedar-se na casa de amigos ou parentes, reduzindo a demanda por abrigos em situação de desastre. Já a definição de desabrigados abrange as pessoas cujas habitações foram destruídas ou danificadas por desastres, ou estão localizadas em áreas com risco iminente de destruição, e que necessitam de abrigos temporários para serem alojadas. (Brasil, 2012).

Este espaço de atuação é entendido como a partir do artigo 3º do Código de Ética Profissional do Assistente Social, publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, que prevê como dever do assistente social “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (CFESS, 1993, p. 27). Neste contexto, o referido estágio teve como principais objetivos integrar os alunos de graduação do curso de Serviço Social à realidade das vítimas do desastre, bem como às práticas de reorganização social após o evento e desta forma fortalecer as ações da assistência social desenvolvidas no local. As referidas ações se concentraram nos abrigos municipais sob responsabilidade do Serviço Social de Ação Evangélica (SASE) e no abrigo Aldeia da Criança Alegre, ambos localizados no município de Nova Friburgo. Dentre as principais macro atividades pode-se listar o levantamento de dados da população abrigada, o cadastro social das famílias nos abrigos e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), realização de visitas e entrevistas às famílias em condição de abrigados, o fornecimento de orientações e encaminhamento aos serviços sócio assistenciais como Bolsa Família do Governo Federal e Aluguel Social do Governo do

Estado, realização de visitas domiciliares e entrevistas com as famílias egressas dos abrigos, visitas aos equipamentos da rede socioassistencial do município, busca de parcerias com movimentos e organizações comunitárias e articulação de ações conjuntas com organizações não governamentais atuantes no município.

O presente trabalho tem como base as observações realizadas entre maio de 2011 e outubro de 2012, período de vigência do estágio supervisionado, e foi elaborado de acordo com as experiências vivenciadas pela autora no dia-a-dia das comunidades afetadas pelo desastre, bem como a observação da capacidade de intervenção das redes sócioassistenciais locais e estaduais no amparo às vítimas.

Por fim, com base nestas observações e experiências, a presente monografia visa analisar e descrever o contexto das situações de desastres e analisar as tecnologias sociais utilizadas como instrumento de intervenção face a essas situações envolvendo vítimas.

Neste sentido, escolheu-se para este trabalho a metodologia qualitativa. O método de escolha baseou-se na tese de que o objeto de estudo das Ciências Sociais é, sobretudo qualitativo uma vez que a referida disciplina é munida de instrumentos e teorias que permitem uma abordagem aproximada da vida dos seres humanos em sociedade, ainda que de maneira parcial. (Minayo, 2001). Ainda Segundo a autora:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2001)

Na primeira fase da pesquisa realizou-se revisão de relatórios e arquivos pertinentes ao campo de estágio, elementos propulsores deste estudo. Em seguida, o trabalho foi guiado por uma revisão sistemática de bibliografia pertinente ao tema “desastres naturais” e intervenção do assistente social, com enfoque, sobretudo, às enchentes e deslizamentos de terras. Na terceira e última etapa foi realizada uma aproximação entre a experiência vivida pela estagiária no município de Nova Friburgo e bibliografias concernentes revisadas. Ademais, realizou-se uma problematização acerca de projetos profissionais do Serviço Social que preconizam ações de intervenção antes, durante e após o evento.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo encontra-se a fundamentação teórica na qual se busca discutir e levantar questões relacionadas aos fatores intrínsecos que precedem os eventos de desastres naturais com vítimas, subdividindo-se em concepções de território, risco e vulnerabilidade. No segundo capítulo busca-se a abordagem dos achados da experiência de campo, traz os dados do perfil socioeconômico do município de Nova Friburgo e aborda os impactos do desastre para a população local. No terceiro e último capítulo, problematizam-se as políticas sociais e as intervenções do assistente social no referido contexto.

CAPÍTULO I: TERRITÓRIO, RISCO E VULNERABILIDADE: O QUE PRECEDE O DESASTRE?

1.1 A naturalização do fenômeno climático e o papel dos processos sociais na caracterização dos desastres

Os primeiros estudos acerca dos desastres naturais no Brasil datam do início do século XX, mas é somente a partir da década de 1970 que as Ciências Sociais começam a se debruçar sobre o tema problematizando a natureza dos eventos pela análise da relação entre a ameaça social com a organização social. Valencio et Al (2009), enfatiza que a “compreensão dos desastres para a Sociologia focaliza centralmente a estrutura e dinâmica social que, num âmbito multidimensional e multiescalar, dá ensejo a variadas interpretações acerca das relações sociais territorial, institucional e historicamente produzidas.” (VALENCIO ET AL, 2009, p. 5). Contudo, é importante destacar que esta discussão não se restringe à sociologia.

Sob este olhar, é preciso compreender as relações de poder nas quais estão engendradas a naturalização do fenômeno. Marchezini (2014) faz uma análise da naturalização da produção simbólica das chuvas atípicas a partir do conceito de poder simbólico elaborado por Bordieu. Segundo esta teoria, o poder da enunciação resulta na possibilidade de adquirir aquilo que muitas vezes é adquirido pela força física e/ou econômica, resultando em uma mobilização dos indivíduos que se torna muitas vezes efetivo pelo fato de ser ignorado como arbitrário. Ademais, o poder invisível só se sustentaria com a conivência daqueles que não se interessam em saber que a ele estão sujeitos ou que o exercem. Nesta lógica, o autor busca problematizar a enunciação de

desastre como sendo natural, enfatizando o uso de palavras e conceitos “cujo intuito seria o de criar uma realidade” (MARCHEZINI, 2014, p. 117). Sendo assim, o que é “natural” seria precedido por uma “luta classificatória” e apareceria de forma neutra e imparcial, contribuindo para ocultar as relações de poder existentes.

Ainda no que concerne ao questionamento da “naturalização” dos desastres, encontra-se na literatura diversas definições que relacionam o fenômeno natural com o risco natural e à vulnerabilidade as quais determinadas populações estão submetidas. Silva (2012) define desastre natural como os resultados do impacto de um evento em um sistema socioeconômico com certo nível de vulnerabilidade na qual a capacidade de resposta da população afetada ao evento é diretamente reduzida. O autor ressalta que em diversos estudos, os desastres naturais são definidos como fenômenos que devem ser entendidos em conjunto com os elementos que os antecedem e seus desdobramentos devem ser contextualizados na a organização social em que se encontram.

Para Valencio e Valencio (2010), a cronologia da maioria dos desastres no Brasil é produzida por processos sociais configurados muito antes dos impactos gerados pelos fenômenos da natureza. Destaca ainda as facetas geradas em repercussão aos diversos desastres ocorridos no Brasil. A autora aponta como primeira faceta o entendimento, ano após ano, da ação dos fenômenos como elementos independentes, apolíticos, autônomos e exteriores ao contexto econômico e social em que se insere. A segunda se refere à repetição dos mesmos tipos de desastres aos mesmos grupos sociais e lugares, nos quais estão contidas as mesmas vulnerabilidades e ameaças Silva (2012), em concordância com Valencio e Valencio, especifica que os desastres são eventos que desvendam algo que não pode mais ser ignorado e que deve ser modificado.

Apesar dos diversos estudos científicos que corroboram a ideia da relação direta entre vulnerabilidade e os desdobramentos dos desastres, ainda é possível encontrar documentos de gestão oficiais que ignoram esta abordagem. Por exemplo, o relatório técnico sobre os prejuízos causados por desastres naturais de 2012 a 2015, produzido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) desvela o caráter simplista de análise e intervenção ao ignorar a atividade humana nos cenários naturais e a vulnerabilidade das populações. Não obstante, nota-se o reforço da “nomenclatura de um fenômeno físico, no caso as chuvas, como o agente responsável pelo desastre quando, na verdade, o desastre não é causado pelas chuvas.” (MARCHEZINI, 2014)

Os desastres naturais, tais como a seca e os excessos de chuva, têm causado muitos problemas sociais, ambientais, materiais e humanos. Destruindo cidades e causando muitos prejuízos econômicos, que, em sua maioria, não há como os Municípios enfrentá-los sozinhos sem o devido apoio de todo o país (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2016, p. 1)

Outras definições podem ser encontradas em documentos diversos. No Anuário Brasileiro de Desastres Naturais, desastre é definido como:

O resultado de eventos, naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios. (BRASIL, 2011, P. 7)

O glossário da Estratégia Internacional de Redução de Desastres (EIRD, 2004) refere o desastre natural como sendo um evento que apresenta duas características importantes, que podem ser combinadas ou não. A primeira é resultar em uma séria interrupção do funcionamento normal de uma comunidade ou sociedade, afetando seu cotidiano. Essa interrupção envolve, simultaneamente, perdas materiais e econômicas, assim como danos ambientais e à saúde das populações, através de agravos e doenças que podem resultar em óbitos imediatos e posteriores. A segunda é exceder a capacidade de uma comunidade ou sociedade afetada em lidar com a situação utilizando seus próprios recursos, podendo resultar na ampliação das perdas e danos ambientais e na saúde para além dos limites do lugar em que o evento ocorreu (Brasil apud NARVÁEZ e col., 2009). Por sua vez, o Centro de Pesquisas em Epidemiologia dos Desastres (CRED) utiliza os seguintes critérios para definição de desastres: 10 ou mais pessoas mortas, 100 ou mais pessoas afetadas, declaração de situação de emergência ou necessidade de ajuda internacional.

De acordo com a Política Nacional de Defesa Civil (SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, 2012), os desastres são classificados de acordo com os critérios de evolução, intensidade, origem e periodicidade:

Tabela I: Classificação de desastres segundo Origem, periodicidade, evolução e intensidade

CRITÉRIO	TIPO DE DESASTRE	COMENTÁRIOS
Origem	Naturais	Causados por processos ou fenômenos naturais que podem implicar em perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à propriedade; provocam interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos
	Tecnológicos	Originados de condições tecnológicas ou industriais, incluindo acidentes, procedimentos perigosos, falhas na infraestrutura ou atividades humanas específicas, que podem implicar em perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à propriedade, interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos
Periodicidade	Cíclicos	Ocorrem raramente com possibilidade limitada de previsão
	Sazonais	Ocorrem periodicamente e guardam relação com as estações do ano e com os fenômenos associados
Evolução	Súbitos ou de evolução aguda	Caracterizam-se pela velocidade com que o processo evolui e pela violência dos eventos adversos causadores dos desastres, podendo ocorrer de forma inesperada e surpreendente ou ter características cíclicas e sazonais, sendo assim facilmente previsíveis. Ex: deslizamentos, enxurradas, vendavais, terremotos, erupções vulcânicas, chuvas de granizo
	Graduais ou de evolução crônica	Caracterizam-se por evoluírem em etapas de agravamento progressivo. Ex: seca, erosão ou perda de solo, poluição ambiental
Intensidade	Nível I: desastres de pequena intensidade	Desastres em que há somente danos humanos consideráveis e que a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais Ensejam a decretação de situação de emergência
	Nível II: desastres de média intensidade	Desastres em que os danos e prejuízos são suportáveis e superáveis pelos governos locais e a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais Ensejam a decretação de situação de emergência
	Nível III: desastres de grande intensidade	Desastres em que os danos e prejuízos não são superáveis e suportáveis pelos governos locais e o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da ação coordenada das três esferas de atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e, em alguns casos, de ajuda internacional Ensejam a decretação de calamidade pública

Fonte: Brasil 2012. Adaptado de Brasil 2016.

1.2 Território, Risco e Vulnerabilidade

A compreensão da magnitude das consequências de desastres reside no conhecimento prévio de elementos que circunscrevem o evento. Nesse contexto, território, risco e vulnerabilidade são aspectos cruciais que definem a dimensão sociohistórica dos desdobramentos das denominadas “catástrofes naturais”.

Pereira (2012) ressalta que a questão habitacional produzida historicamente no capitalismo caracteriza-se a partir da propriedade privada e a sua centralidade como mercadoria, expressando-se no território desde sua origem a partir da lógica especulativa. Ao ser assentada sobre território hegemônico pelo capital, produz entraves profundos para a afirmação do direito à moradia de forma universal.

Para discutir o conceito de território, é necessário explorar o conceito de lugar e espaço. Lugar é a manifestação do global. Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Mas, também, cada lugar imerso numa comunhão com o mundo, torna-se diferente dos demais. Assim, vivemos em um período em que a técnica, a ciência e a informação são dados constitutivos da realidade, passando de um mundo da probabilidade para um mundo da possibilidade. Nesse sentido, o lugar é o lugar de uma escolha e os lugares estão ligados pela informação. Já o espaço “deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”. (SANTOS, 1988, p. 26).

Para Pereira (2015) a sociedade em movimento, tal qual abordada em Santos, é traduzida como “uma sociedade em permanente processo dialético de formação sócio-histórica, que se constitui a partir de um contexto de lutas, permeado por relações sociais de poder, por expressões culturais, que também resultam em diversas desigualdades e formas de exploração”. (PEREIRA, 2015, p. 14) Ressalta-se ainda que, muitas vezes os cidadãos são excluídos desse espaço pela sociedade, quando têm seus direitos de moradia, alimentação e de renda, negados justamente pela falta de serviços que lhes possam garantir através de um atendimento e programas sociais efetivos. Em outras palavras: “deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos”. (SANTOS, 1987, p. 43). Nesta definição, Santos problematiza o conceito de cidadania tendo como base o território. O autor refere que no Brasil, existem cidades que em suas periferias, nota-se a ausência de serviços básicos à vida social e individual, apesar da densidade demográfica.

Segundo Monken, 2009 *apud* Haesbaert, 1997, 2005 e Souza & Pedon, 2007:

O termo território origina-se do latim *territorium*, que deriva de terra e que nos tratados de agrimensura aparece com o significado de ‘pedaço de terra apropriada’. Em uma acepção mais antiga pode significar uma porção delimitada da superfície terrestre. Nasce com dupla conotação, material e simbólica, dado que etimologicamente aparece muito próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar). Tem relação com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do medo, do terror – em especial para aqueles que, subjugados à dominação, tornam-se alijados da terra ou são impedidos de entrar no ‘territorium’. Por extensão, pode-se também dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva apropriação.

O conceito de território em políticas de assistência social é incorporado no Plano de Assistência Social (PNAS) em 2004 e evolui em 2005 de maneira consistente na Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os dois documentos fazem um recorte de territorialização sinalizando a intencionalidade de direcionar as políticas públicas no sentido de considerar as diferenças e as desigualdades. Santos (1997) ressalta que o território só se torna um conceito de análise social quando é inquirido a partir de seu uso, ou seja, quando examinado em conjunto com os atores que o utilizam. O princípio da territorialização é definido na NOB 2005 como o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social.

Pensar o território em toda a sua complexidade implica analisar sua construção social, cenários e atores. É preciso pensar o território além de sua base material regido por leis naturais, para além da localização de pessoas e grupos para então apreender o espaço de produção e reprodução das relações sociais e para compreender os fenômenos de exclusão social nele presentes. Junior (2008) destaca que a construção social do território está relacionada “ao valor social atribuído à terra a partir das relações de produção e de poder entre os membros da sociedade com o Estado.” Nesse sentido, se território significa uma “construção social”, não se pode pensar território na ausência de seus agentes sociais, institucionalizados, espacializados e em constante interação com o ambiente.

Os desdobramentos dos desastres nos diferentes territórios ocorrem em variadas escalas. Nesse sentido, inserem-se os conceitos de risco e vulnerabilidade, como importantes categorias de análise para a compreensão do fenômeno. Segundo Licco (2013), “vulnerabilidade emerge como um conceito central para entender qual ou quais seriam as condições de uma população que permitiriam que a exposição a um perigo se tornasse um desastre.” (LICCO, 2013, p. 30). Barcelos e Oliveira (2010) destacam que os riscos ambientais se distribuem segundo padrões de desigualdade, segregação social e a estruturação das cidades. Dessa maneira, grupos sociais menos favorecidos e, portanto, mais vulneráveis, encontram-se mais expostos ao risco de desastres, já que sobrepõem às vulnerabilidades sociais tais como renda, escolaridade, cor e gênero. Corroborando a ideia, Santos (2011) reforça que as características físicas do evento

determinam a probabilidade de ocorrência do fenômeno e as “vulnerabilidades” determinam a severidade do impacto.

Para Narváez, o risco se expressa e se concretiza quando há exposição de pessoas às condições latentes que, ao não serem modificadas por intervenção humana, anuncia determinado nível de impacto social e econômico futuro quando um evento físico detona ou atualiza o risco existente. Ademais, o autor ressalta que o risco se concretiza na população humana, produção e infraestrutura exposta ao possível impacto dos eventos físicos e que encontram condições de vulnerabilidade, o que quer dizer uma condição que predispõe a sociedade e seus meios de vida à sofrer danos e perdas. O autor relaciona diretamente o nível de risco com a magnitude do evento, o nível de exposição e a vulnerabilidade. Para Janczura (2012), em decorrência das diversas áreas de conhecimento que abordam o tema, há diversas maneiras de definir risco e vulnerabilidade. Brasil (2005) relaciona a vulnerabilidade social ao contexto das múltiplas facetas geradas pelo mundo do trabalho ou a eventos que produzam impactos nele, como as crises econômicas, por exemplo. Não obstante, ressalta que o termo possui em si uma “capacidade de captar situações intermediárias de risco localizadas entre situações extremas de inclusão e exclusão, dando um sentido dinâmico para o estudo das desigualdades.

Já Cardona (1993), desdobra o conceito de risco relacionando ameaças ou probabilidade de ocorrência de eventos aos elementos expostos. O autor define elementos como: o risco à população, o meio ambiente e a estrutura física representada pela habitação, indústria, comércio, meio ambiente e os serviços públicos. Ademais, destaca que, de acordo com a natureza do evento e das características próprias dos elementos, os efeitos de um desastre podem sofrer variações de intensidade de danos causados.

Quanto aos fatores que mais influenciam a vulnerabilidade das cidades, Licco (2010) destaca a riqueza, a educação, a governança, a tecnologia, a idade e o gênero como elementos potenciais ao aumento ou à redução desta categoria. A riqueza aparece como o fator mais importante na análise da vulnerabilidade uma vez que o não acesso à moradia segura e à infraestrutura para suportar eventos extremos impacta diretamente na capacidade de resposta ao evento. A educação é relacionada com a capacidade de diminuir a exposição aos riscos assim como permite um maior acesso à informação. A governança tem papel fundamental em fomentação de políticas e estruturas de redução

de iniquidades sociais assim como de estabelecer estruturas administrativas para capacitar indivíduos e comunidades para resposta em caso de perigo. Já a tecnologia tem papel fundamental para a previsão de eventos extremos, suportar impactos e colaborar em ações de recuperação. Em relação à idade, o autor discorre que crianças e idosos tendem a ser mais vulneráveis.

Em relação à idade, o autor discorre que crianças e idosos tendem a ser mais vulneráveis. Entretanto, apesar da existência da base de dados internacionais sobre desastres naturais do Centro de Pesquisas em Epidemiologia dos Desastres e da base nacional de dados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, não é possível encontrar dados oficiais por faixa etária que sustentem a informação de idades mais afetadas em desastres. Outros autores abordam a mesma questão pela capacidade de resposta. Licco (2010) ressalta que as crianças possuem menor capacidade de resposta em situações de perigo assim como os idosos devido à reduzida capacidade de locomoção, visão e/ou audição. Contudo, Cardoso (2012) reforça o argumento ao comparar a vulnerabilidade com faixa etária afetada e refere que os extremos em escala de idade são os grupos demográficos mais afetados em um desastre “natural”. A última e não menos importante categoria de análise é o gênero. “Avulnerabilidade aos desastres em que estão submetidos homens e mulheres é socialmente construída e está atrelada a padrões socioeconômicos, culturais, de acesso à informação, de segurança e pela forma de discriminação de gênero que é vivida em cada sociedade.” (FRAGOSO ET AL, 2012, P. 485)

CAPÍTULO II: O PERFIL GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A EXPERIÊNCIA PRÁTICA DE INTERVENÇÃO

2.1 Perfil e ocorrência dos desastres climáticos no Brasil

Para a compreensão do fenômeno do desastre ocorrido na Região serrana em janeiro de 2011 e seus desdobramentos, faz-se necessária uma abordagem histórica. As fortes chuvas se repetem anos após ano e ainda assim cada evento é descrito como novo e natural. Em seu relatório oficial, o Conselho regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro classificou o desastre humano seguido do desastre climático que atingiu a Região Serrana em janeiro de 2011, como um fenômeno previsível. O referido relatório destaca ainda a ausência de tecnologias necessárias assim como a falta de

planejamento urbano como condições cruciais à alta mortalidade decorrente da tragédia climática.

O Atlas Brasileiro de desastres naturais, de realização da Defesa Civil, classifica os desastres segundo origem: Hidrológicos, climatológicos, meteorológicos e geológicos ou geofísicos.

Tabela II: Desastres naturais no Brasil, 1991-2010

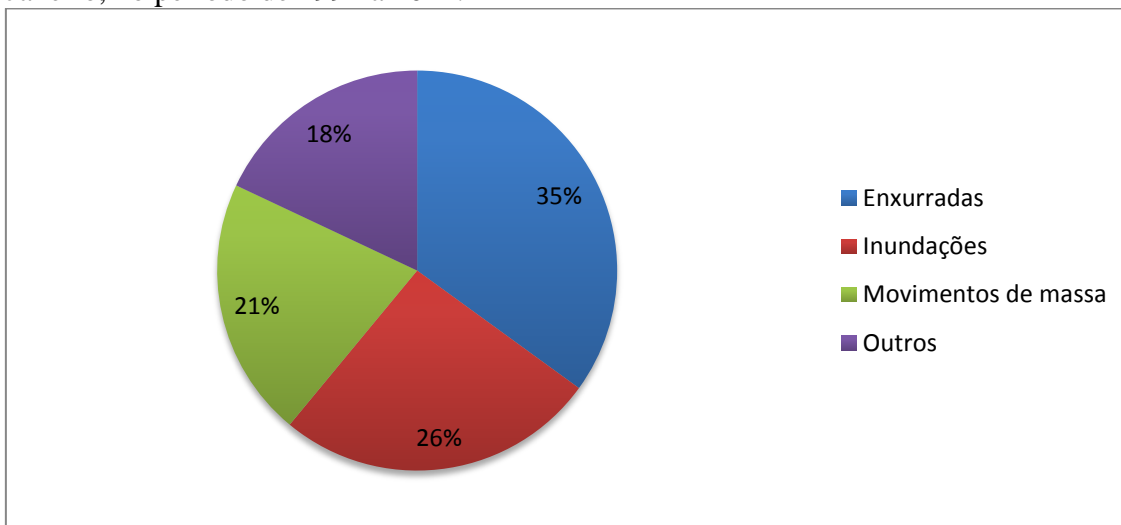
Tipos de Desastres	Total de eventos	Afetados	Mortalidade	Morbidade (enfermos e feridos leves e graves)	Diretamente expostos (deslocados, desabrigados e desalojados)
Hidrológicos	10,444	38.836.257	1,567	309,529	4.176.851
Climatológicos	18,45	49.868.081	273	167,582	1.554.450
Meteorológico	2,290	4.120.439	161	4,917	276,847
Geológico/Geofísico	725	3.544.059	1,403	5,530	173,259
Total	31,909	96.368.836	3,494	487,558	6.181.407

Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, UFSC/CEPED

Ainda segundo o Atlas, destacam-se a estiagem e a seca como os fenômenos que, entre os desastres “naturais”, afetam o maior número de pessoas, representando 50,3% do total de afetados por fenômeno. Contudo, é inundação brusca(enxurrada) que provoca o maior número de mortes por desastres “naturais” no Brasil (43%), seguido movimento de massa (20,4%). O documento refere ainda que o modelo de planejamento da ocupação nas áreas urbanas, às margens de rios e nas encostas, bem como a estruturação da rede de drenagem, pode agravar o impacto gerado pelo aumento e acúmulo de chuvas no município ou área atingida.

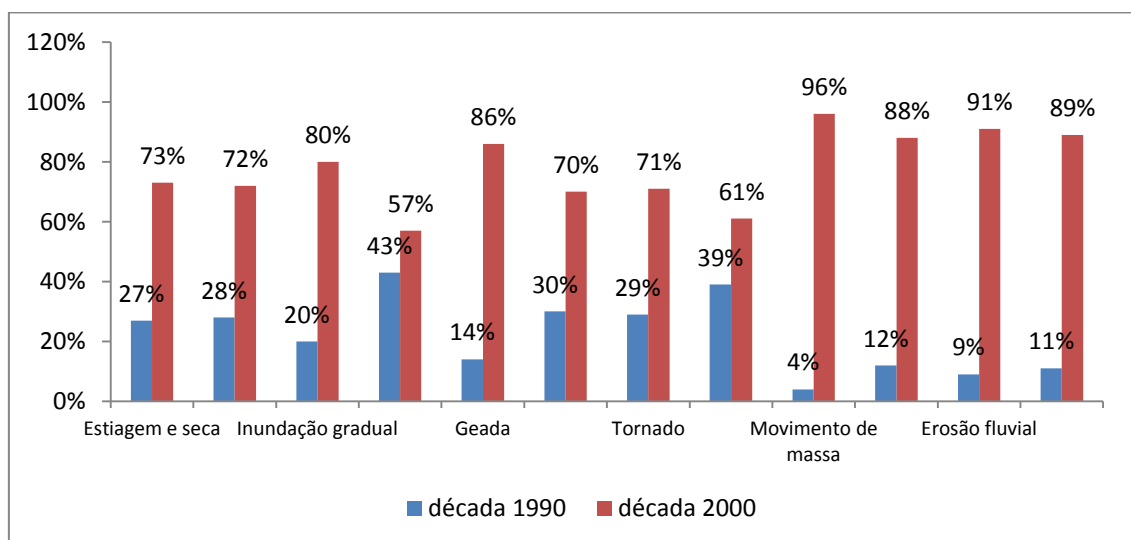
Como pode ser observado no Gráfico 1 abaixo, no Estado do Rio de Janeiro, as enxurradas aparecem como o tipo de desastre “natural” historicamente mais frequente, seguido das inundações e dos movimentos de massa.

Gráfico 1: Percentual dos desastres naturais mais recorrentes no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1991 a 2012.



Pode-se ainda perceber o aumento do número de ocorrências entre as décadas de 1990 e 2000. Os dados corroboram o discurso frequente sobre o aumento da ocorrência de desastres onde, do total de 38.996 registros, 8.515 (22%) ocorreram na década de 1990; 21.741 (56%) ocorreram na década de 2000; e apenas nos anos de 2010, 2011 e 2012 este número já somava 8.740 ocorrências (22%). O documento ressalta ainda que “os dados não permitem afirmar que os desastres aumentaram em 78% nos últimos 13 anos, uma vez que é sabida a histórica fragilidade do Sistema de Defesa Civil em manter atualizados seus registros.” (Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, 2012, p. 35).

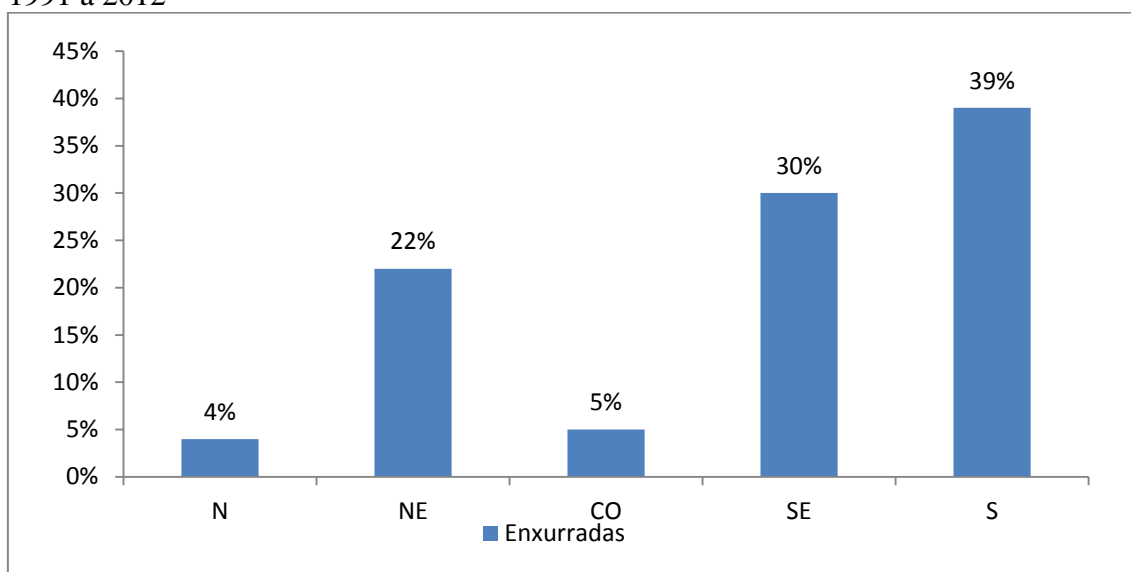
Gráfico 2: Composição percentual de desastres em relação ao total, 1991-2010



Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais. 2012.

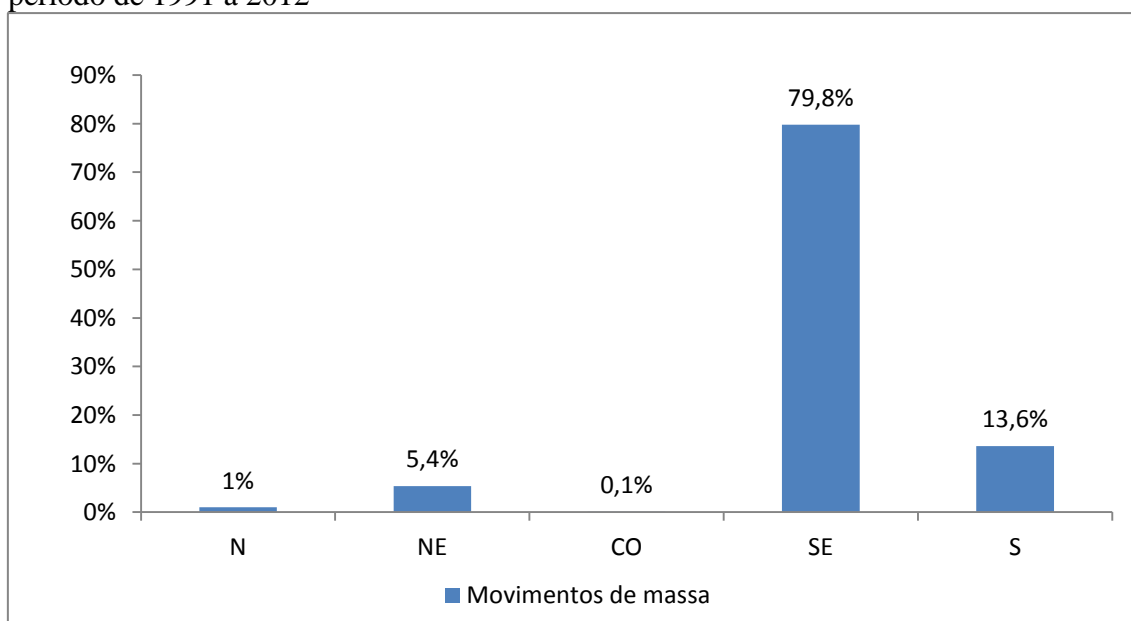
Percebe-se ainda que o Sudeste é a região mais afetada pelos desastres decorrentes dos movimentos de massa, representando 81,72% do total de eventos. Não obstante, apreende-se que o mês de janeiro é isoladamente o mês com maior número de eventos, com 92,9% dos eventos ocorridos em 11 anos. Já em relação às enxurradas, a região sudeste aparece como a segunda região mais afetada em relação ao número absoluto de ocorrências, com 30% do total de ocorrências dos últimos 11 anos.

Gráfico 3: Percentual de ocorrência de enxurradas por região do Brasil, no período de 1991 a 2012



Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais. 2013. Revisado pela autora em 2017.

Gráfico 4: Percentual de ocorrência de movimentos de massa por região do Brasil, no período de 1991 a 2012



Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais. 2013. Revisado pela autora em 2017.

O referido documento classifica o desastre ocorrido na Região Serrana em janeiro de 2011 como enxurradas intensificadas por deslizamentos (movimentos de massa). Segundo a codificação e classificação brasileira de desastres (COBRADE), enxurradas, que até 2012 eram denominadas inundações bruscas são definidas como:

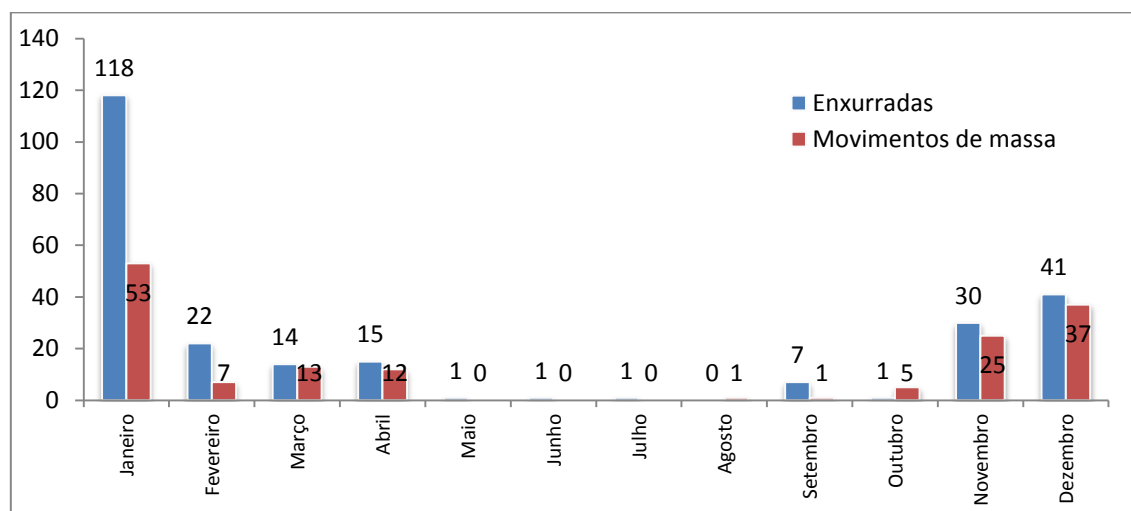
Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo. (COBRADE, 2012, P. 2)

Os movimentos de massa estão na categoria de desastres naturais do tipo geológico. Esses movimentos estão associados a deslocamentos rápidos de solo e rocha de uma encosta onde o centro de gravidade deste material se desloca para fora e para baixo desta feição. (Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, 2013). Os deslizamentos fazem parte de um subgrupo de classificação dos deslizamentos de massa e são entendidos como:

Movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, os primeiros sinais desses movimentos são a presença de fissuras.(COBRADE, 2012, P. 2)

Em relação à frequência mensal de enxurradas e movimentos de massa no Estado do Rio de Janeiro, pode-se perceber tendência sazonal destes tipos de ocorrências nos últimos 10 anos. Pode-se afirmar que “as maiores precipitações pluviais mensais no Estado do Rio de Janeiro são observadas em dezembro e janeiro, enquanto as menores ocorrem entre junho e Agosto.” (Correia et Al, 2011)

Gráfico 5: Frequência mensal de desastres por enxurradas e movimentos de massa no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1991 a 2012.



Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais. 2013.

A terminologia em desastres naturais utilizada pela Defesa Civil classifica os danos humanos decorrentes dos desastres em função do nível de pessoas afetadas pelo desastre, cabendo especificar o número de mortos, enfermos, desalojados, desabrigados e desaparecidos.

Brasil (2012) descreve que o Estado do Rio de Janeiro totalizou em 2011: 889 casos de mortes, 568 feridos, 60 enfermos, 9.437 desabrigados, 28.804 desalojados, 38 desaparecidos e 166.344 afetados. Nova Friburgo, um dos municípios mais afetados, totalizou 428 mortes (48,1%), 789 desabrigados (8,4%), 4.528 desalojados (15,7%) e 18.000 afetados (10,8%).

Tabela III: Danos humanos registrados por municípios fluminenses, ocasionados pelos desastres naturais de janeiro de 2011

	Mortes	Feridos	Enfermos	Desabrigados	Desalojados	Desaparecidos	Afetados
Campos dos Goytacazes	-	-	-	129	2947	-	-
Rio Claro	-	-	-	-	15	-	2010
Paraty	-	-	-	-	-	-	2300
Sapucaia	-	-	-	32	70	-	1320
Santa Maria Madalena	-	3	-	44	284	-	10376
Bom Jardim	-	423	-	632	1186	-	12380
Macuco	-	-	-	24	28	-	115
Petrópolis	71	25	-	187	6956	30	50000
São Fidélis	-	-	-	333	-	-	333
São José do Vale do Rio Preto	3	95	60	300	3000	-	20000
São Sebastião do Alto	-	-	-	68	32	-	3580
Sumidouro	-	19	-	80	300	8	20000
Teresópolis	387	-	-	6727	9110	-	17000
Trajano de Moraes	-	3	-	28	188	-	530
Três Rios	-	-	-	60	160	-	2000
Nova Friburgo	428	-	-	789	4528	-	18000
Cambuci	-	-	-	-	-	-	1200
Cardoso Moreira	-	-	-	-	-	-	-
Italva	-	-	-	4	-	-	5200
Porto Real	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	889	568	60	9437	28804	38	166344

Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais. 2013.

2.2A Região Serrana e o município de Nova Friburgo

A região serrana do Rio de Janeiro localiza-se ao norte do estado e faz fronteira com o estado de Minas Gerais. De acordo com a fundação CIDE (Centro de Informações de Dados do Rio de Janeiro), a referida região político-administrativa é dividida em 14 municípios: Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes. A região possui uma área de 1785,063 km² e população estimada em 497, 768 habitantes, com densidade populacional de 278, 85 hab/km². (IBGE, 2010)

Figura I: Regiões de governo e municípios do estado do Rio de Janeiro



Fonte: CEPERJ 2013.

Tabela IV: População total por município da região

Cidade	População
Petrópolis	295,917
Nova Friburgo	182,082
Teresópolis	163,746
Bom Jardim	25,333
Cordeiro	20,430
São José do Vale do Rio Preto	20,251
Carmo	17,434
Sumidouro	14,900
Duas Barras	10,930
Cantagalo	10,830
Santa Maria Madalena	10,321
Trajano de Moraes	10,289
São Sebastião do Alto	8,895
Macuco	5,269

Fonte: IBGE 2010. Dados sujeitos a revisão

O município de Nova Friburgo está localizado na Região serrana do Estado do Rio de Janeiro, em uma das cinco microrregiões que formam a mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro e uma das seis mesorregiões do estado.

Até 1755, a região da atual Nova Friburgo era habitada por índios Goytacazes, puris e portugueses. Os primeiros europeus que chegaram à região foram os portugueses, atraídos pelo cultivo do café, que se expandiu a partir de Cantagalo. Junto com eles, vieram os escravos africanos, que trabalhavam na lavoura e nos serviços caseiros.

Em 16 de maio de 1818, o Rei Dom João VI, propôs uma colonização planejada, a fim de promover e dilatar a civilização do Reino do Brasil. Baixou, então, um decreto que autorizou o agente do Cantão de Friburgo, na Suíça, Sebastião Nicolau Gachet, a estabelecer uma colônia de cem famílias suíças na Fazenda do Morro Queimado, no Distrito de Cantagalo, localidade de clima e características naturais semelhantes às de seu país de origem. Entre 1819 e 1820, a região foi colonizada por 265 famílias suíças, totalizando 1 458 imigrantes. Foi batizada pelos suíços com o nome de Nova Friburgo, em homenagem à cidade de onde partiu a maioria das famílias, Fribourg ("Friburgo" em português, "Fribourg" em francês, "Freiburg" em alemão), no Cantão de Fribourg. Foi, também, o primeiro município no Brasil colonizado por alemães, tendo estes imigrantes, ao todo 456, chegado à cidade em 3 de maio de 1824, três meses antes que imigrantes alemães chegassem à cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Nova Friburgo foi a primeira colônia não lusitana a ser fundada no Brasil em caráter oficial.

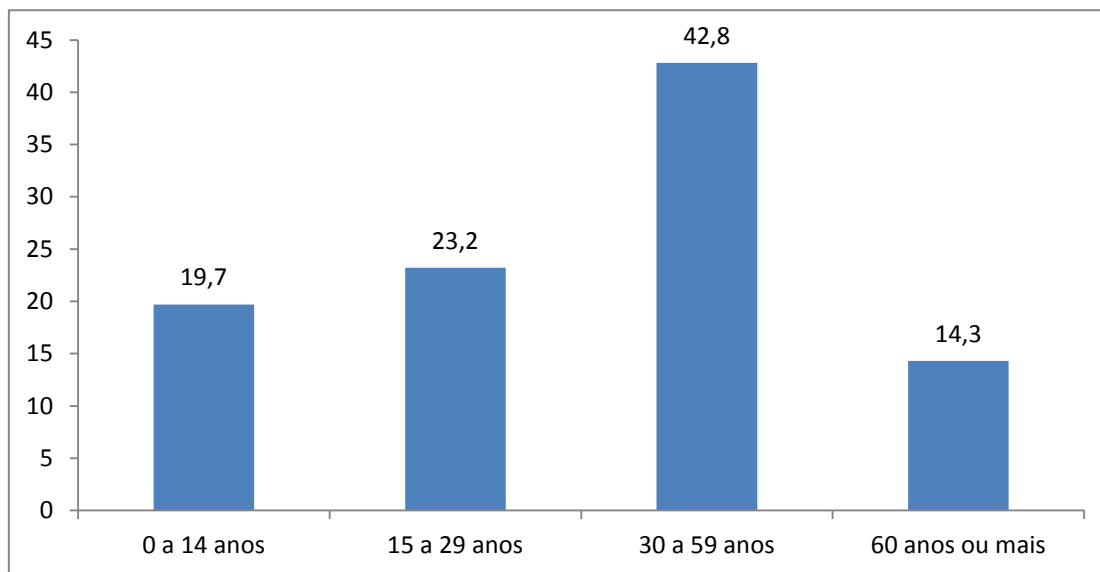
Entre 1819 e 1820 o Governo Real subscreveu, a 3 de janeiro de 1820, um alvará elevando Nova Friburgo à categoria de vila, desmembrando, para isso, suas terras das de Cantagalo. A instalação da vila deu-se a 17 de abril desse mesmo ano. Em 1824, oitenta famílias de imigrantes alemães foram enviadas a Nova Friburgo.

Em 8 de janeiro de 1890, Nova Friburgo foi elevada à categoria de cidade, tendo sua população aumentado com a chegada de imigrantes italianos, portugueses e sírios. Em 1872, o Barão de Nova Friburgo trouxe, até a região, os trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina a fim de escoar a sua produção de café proveniente de Cantagalo que durante um longo período era a maior do gênero no mundo levando em consideração a proporção por município correspondendo a média de 70% do território. A partir de 1910, Nova Friburgo, que, até então, devia o seu progresso ao desenvolvimento da agricultura e ao seu clima seco ideal para município de veraneio, viu chegar vários

cidadãos pioneiros da era industrial friburguense. A estes, se juntaram outros elementos de valor, provocando o surto de progresso verificado até meados da década de 1980. Os investimentos por conta da industrialização da região serrana pararam a medida que o grande negócio passou a ser a extração de petróleo em Campos dos Goytacazes, o Grande parque industrial não saiu dos papéis, a ideia de tornar Nova Friburgo um polo regional com rodovias de proporções e com infraestrutura para absorver o desenvolvimento a melhoria dos meios de comunicação com as cidades do Rio de Janeiro e Niterói demoraram anos, a indústria de turismo incorporou-se às demais fontes de renda da municipalidade. Paralelamente, manteve-se o comércio local, uma das fontes de renda da comunidade. (Prefeitura de Nova Friburgo, 2016)

Segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas de Pesquisas (IBGE), Nova Friburgo possui uma extensão territorial de 933,415 km² de extensão e 182.082 habitantes. Com 87,5% da população urbana e 12,5% da população rural e é o segundo município mais populoso da região serrana.

Gráfico 6: Perfil demográfico por faixa etária do município de Nova Friburgo

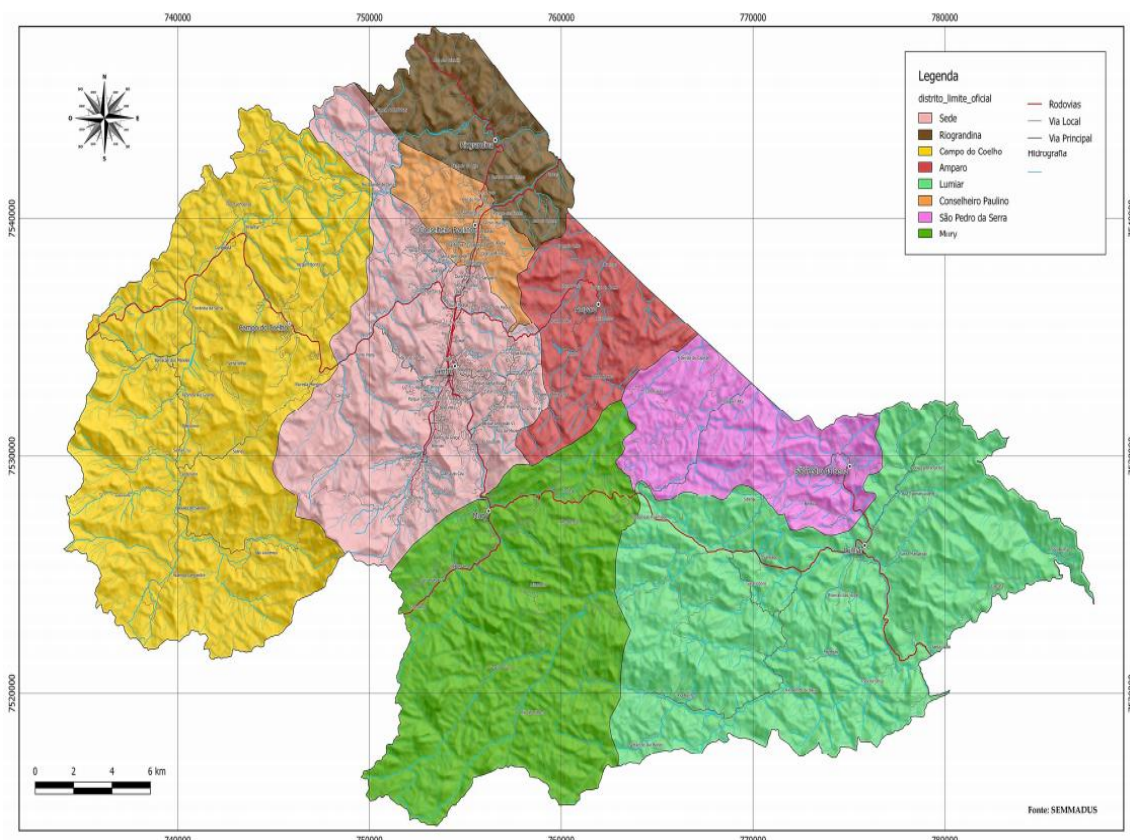


Fonte: IBGE 2010. Dados sujeitos a revisão.

O município é composto por oito distritos: Nova Friburgo, Riograndina, Campo do Coelho, Amparo, Lumiar, Conselheiro Paulino, São Pedro da Serra e Mury. Os municípios limítrofes são Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Macaé, Trajano de Moraes, Bom Jardim, Duas Barras, Sumidouro e Teresópolis. As regiões mais habitadas são os bairros do Centro e Olaria, no distrito Sede, e o distrito de Conselheiro Paulino. O território conta com a presença de 6 bacias hidrográficas,

diversas áreas de preservação ambiental. Os recursos hídricos do município têm demasiada importância, pois a posição geográfica e a altitude do mesmo não permitem que as redes de água acessem reservatórios de outros sistemas intermunicipais de abastecimento (PDUE, 2015)

Figura 2: Distritos do município de Nova Friburgo



Fonte: Prefeitura de Nova Friburgo. Geoinformação. 2017.

Tabela V: Dados demográficos por distrito segundo Censo IBGE 2010

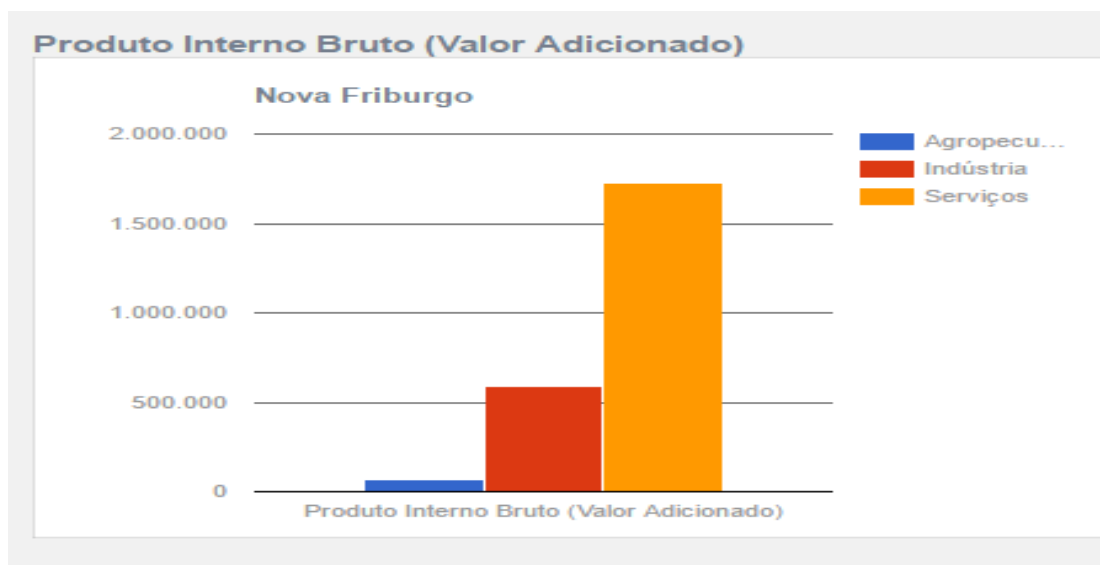
Distrito	Área - km ² (Censo 2010)	População 2010	Densidade demográfica (hab/km ²)	Domicílios	Moradores por domicílio	Pop Urbana	Pop Rural	Homens	Mulheres	Homens Urbana	Homens Rural	Mulheres Urbana	Mulheres Rural
1º Sede	141	113.108	802	48.633	2,3	113.108	-	53.141	59.967	53.141	-	59.967	-
2º Riograndina	47	7.774	165	2.512	3,1	2.106	5.668	3.857	3.917	1.034	2.823	1.072	2.845
3º Campo do Coelho	235	10.067	43	4.074	2,5	2.814	7.253	5.130	4.937	1.402	3.728	1.412	3.525
4º Amparo	49	4.919	100	1.661	3,0	2.370	2.550	2.450	2.470	1.155	1.295	1.215	1.255
5º Lumiar	217	4.720	22	3.492	1,4	1.144	3.576	2.429	2.291	563	1.866	581	1.710
6º Conselheiro Paulino	23	32.463	1.411	10.968	3,0	32.463	-	15.630	16.833	15.630	-	16.833	-
7º São Pedro da Serra	66	3.158	48	1.880	1,7	826	2.332	1.666	1.492	410	1.256	416	1.076
8º Mury	156	5.872	38	3.486	1,7	4.541	1.331	2.951	2.921	2.264	687	2.277	644
MUNICÍPIO	934	182.081	195	76.706	2,4	159.372	22.710	87.254	94.828	75.599	11.655	83.773	11.055

Fonte: Censo 2010 - IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) possui um indicador que classifica a adequação de moradia que é expressa através da proporção de domicílios em condições mínimas de habitabilidade. As variáveis utilizadas são o número total de domicílios particulares permanentes, a densidade de moradores por dormitório, a coleta do lixo, o abastecimento de água e o esgotamento sanitário. Para este indicador, são considerados adequados os domicílios que atendam simultaneamente os seguintes critérios: densidade de até 2 moradores por dormitório; coleta de lixo direta ou indireta por serviço de limpeza; abastecimento de água por rede geral; e esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica. (Brasil 2010). De acordo com o Centro Estadual de Estatísticas e Pesquisas do Rio de Janeiro (CEPERJ), em 2010, o município de Nova Friburgo possuía 366 pessoas residindo em domicílios permanentes em áreas urbanas com ordenamento regular em situação inadequada e 39.888 pessoas residindo em domicílios permanentes em áreas urbanas com ordenamento regular e em situação semi-adequada. Não obstante, ainda segundo o censo de 2010, 289 pessoas residiam em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais. O IBGE caracteriza os aglomerados subnormais como “áreas conhecidas ao longo do país por diversos nomes, como favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros” (IBGE, 2006, p.3).

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida que relaciona indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Em 2000, o índice de desenvolvimento humano do município de nova Friburgo que era de 0,654, passou para 0,745 no ano de 2010. Cerca de 89% da população total residente é alfabetizada. (PDUE, 2015)

Gráfico 7: Produto interno Bruto do município de Nova Friburgo



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Atualmente, a economia da cidade é essencialmente baseada no setor turístico, na indústria de moda íntima, na floricultura, olericultura, caprino cultura e em outras indústrias, como de vestuário, têxtil e metalúrgica. (Prefeitura de Nova Friburgo 2017).

Quanto à população que acessa os programas sociais, em 2010 havia 8.116 famílias do município de Nova Friburgo cadastradas no Cadastro Único e em 2011 este número aumentou para 10.322. (Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, 2017). O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias. Devem estar cadastradas as famílias de baixa renda que ganham até meio salário mínimo por pessoa ou que ganham até 3 salários mínimos de renda mensal total. (Brasil 2015)

O Benefício de Prestação Continuada, da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS (BPC), é a garantia de um salário mínimo mensal concedido ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 anos), que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-

mínimo vigente. A gestão do BPC é feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que é responsável pela implementação, coordenação, regulação, financiamento, monitoramento e avaliação do benefício. A inscrição no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único é requisito obrigatório para a concessão do benefício. Santos (2011) destaca que O BPC se configura como política-chave de proteção social a idosos e pessoas deficientes pobres incapazes para o trabalho por fazer uso de um mecanismo de reparação de desigualdades no Brasil. Não foi possível analisar a cobertura deste benefício aplicado à população no município de Nova Friburgo nos anos de 2010 e 2011, devido à falta de registros abertos à consulta. Entretanto, no ano de 2013, 1.321 pessoas portadoras de deficiência e 892 idosos recebiam o benefício.

Quanto ao Programa Bolsa Família, que é um programa federal destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 154 mensais e que associa à transferência do benefício financeiro do acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social, 4.253 famílias eram atendidas em 2010 e a 4.718 famílias em 2011. (Brasil 2017)

O aluguel social, benefício assistencial temporário instituído no âmbito do Programa Estadual Morar Seguro, destinado a atender necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco, desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária, calamidade pública ou em razão de Obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), por meio da Superintendência de Políticas Emergenciais (SUPEM) atendia no município de Nova Friburgo a 3.140 pessoas em 2011, 2.710 pessoas em 2012, 1.310 pessoas em 2013 e até março de 2017 ainda atendia a 52 pessoas deste município.

2.30 campo de prática

A unidade entre teoria e prática se expressa na interação indissociável entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Essa clareza exige a necessidade de trabalhar as três dimensões de forma articulada para que o projeto profissional, que tem como fundamento teórico-metodológico o materialismo histórico e dialético, possa ser, de fato, traduzido em ações concretas. ASSIS & ROSADO, 2012, p. 204.

As autoras chamam a atenção para a relação entre teoria e prática no Serviço Social e à sua compreensão no âmbito do exercício e da formação profissional. Nesse contexto, teoria e prática formam uma unidade na diversidade. No caso específico de uma profissão – Serviço Social – que tem uma teoria como fundamento, mas cujas ações expressam-se na prática, ou seja, na intervenção, faz-se necessária uma extrema clareza desses dois movimentos. Para Yamamoto (2005, p. 73)

É preciso considerar a profissão sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade social determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes

O referido estágio foi desenvolvido durante os dois semestres de 2011 e os dois semestres de 2012, aos sábados, por seis horas semanais e, sob a supervisão direta de duas assistentes sociais do município de Nova Friburgo, e coordenação, supervisão e auxílio da professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rosana Morgado.

As atividades desenvolvidas buscavam o conhecimento sobre algumas das principais dificuldades para o funcionamento da rede socioassistencial municipal. Para a prática e aperfeiçoamento dos instrumentais técnico-operativos da profissão, foram realizadas visitas domiciliares, entrevistas e observação como forma de apreensão da realidade social dos indivíduos.

Foi possível o reconhecimento *in loco* da importância do movimento de organização comunitária (Associação de moradores de Córrego D'Antas como principal exemplo) no desafio de reconstruir o local onde vivem através da luta, diante dos órgãos governamentais e não governamentais, por visibilidade e reconhecimento das dificuldades encontradas pela comunidade no pós-tragédia objetivando barganhar serviços que amenizem o caos causado pela situação de desastre e garantissem melhores condições de vida.

Ademais, desenvolveram-se as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa através da prática, leitura, reflexão, entrevistas e palestras com profissionais e supervisores, sobre as principais frentes de atuação do serviço social em

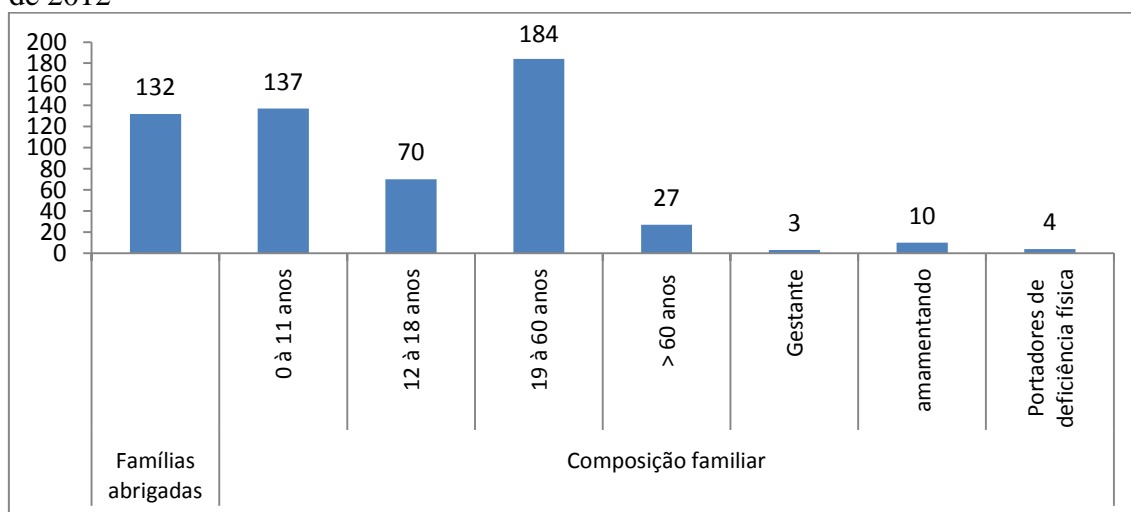
situação de tragédia climática e pós- tragédia tanto em ações imediatas e emergenciais (cadastro da população atingida e entrega de insumos) quanto em ações onde o profissional atua realizando encaminhamentos à rede sócioassistencial, orientações à direitos, levantamento de estudos e diagnóstico a respeito da situação de vulnerabilidade social enfrentada pelos indivíduos que vivenciam essa realidade.

2.4 Resultados e reflexões

As atividades desenvolvidas consistiram em entrevista e realização de cadastros de população abrigada; cadastramento de famílias desalojadas que requisitaram o aluguel social por intermédio do Ministério Público e busca ativa de famílias desalojadas e sem acesso ao aluguel social. Ademais, realizou-se cadastramento de famílias no Cadastro Único e busca de identificação de casos de pessoas com direito aos programas sociais.

Segundo registros da Prefeitura do município de Nova Friburgo, em fevereiro de 2011 a cidade contava com 39 locais que abrigavam temporariamente 132 famílias. O relatório contabilizou 789 pessoas, por faixa etária (anexo 1). Contudo, ao sistematizar os dados disponíveis, totalizou-se apenas 438 pessoas. Os registros foram realizados por 3 assistentes sociais do município de 09 à 24 de fevereiro de 2011. Dos 39 abrigos temporários relacionados, 13 já estavam desativados no momento de visita, 2 abrigos, nos quais estavam abrigados 28% do total de pessoas, foram avaliados com péssimas condições de abrigamento, 2 outros abrigos foram avaliados como ruins condições de abrigamento e 2 outros abrigos com 26% do total de abrigados, foram avaliados como regulares. (Prefeitura de Nova Friburgo, 2011)

Gráfico 8: Número de pessoas abrigadas no município de Nova Friburgo em fevereiro de 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. 2011.

O estágio foi realizado principalmente em dois dos abrigos: Serviço de Assistência Social Evangélica (SASE), onde havia 93 pessoas (21.5%), maior proporção da população abrigada do município e no abrigo “Antiga Aldeia da Criança”, onde havia 30 pessoas. O abrigo SASE foi classificado pelos profissionais da Assistência Social municipal como em péssimas condições de abrigamento, com ressalvas para “questões de segurança pública”. Já o abrigo “Antiga Aldeia da “Criança Alegre” foi considerado como condições satisfatórias de abrigamento. Em 2011, o município contava com 3 Centros de Referência de Assistência Social e 1 Centro e Referência Especializada de Serviço Social.

Dentre as atividades realizadas, destacou-se o atendimento às famílias previamente contactadas pela equipe para preenchimento de Cadastro Único das famílias vítimas esem acesso ao aluguel social e que requereram o direito por intermédio da defensoria pública. Percebeu-se que a defensoria pública atuou como importante instrumento de defesa dos direitos de pessoas com dificuldade de obter acesso ao aluguel social, sobretudo famílias desalojadas que encontraram refúgio em casa de parentes e amigos; Neste primeiro momento foi possível identificar nas falas dos usuários, diversos problemas decorrentes do desastre e que ainda prevaleciam no município ao final do primeiro semestre de 2012, dentre eles, a falta de locais adequados para locação e o aumento abrupto nos preços dos alugueis após a tragédia. Ademais, pode-se perceber que o problema de moradia dessas famílias transitava entre

os ambientes assistencial e jurídico, demonstrando que a problemática não havia sido incorporada como demanda pelo poder público local.

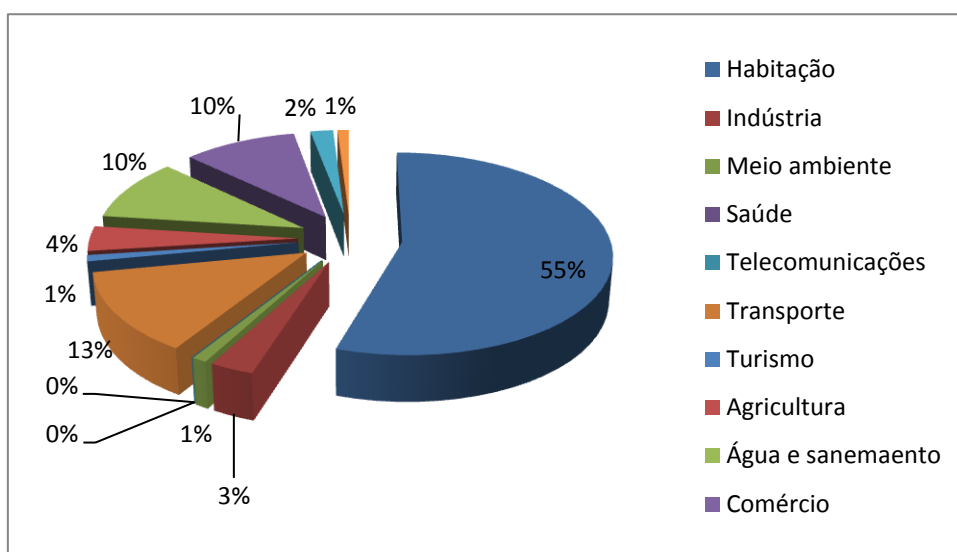
A escutada fala dos usuários e dos profissionais locais envolvidos no processo, a observação sistemática e a contextualização crítica com o acúmulo teórico adquirido durante a graduação permitiu identificar que muitos problemas decorrentes do desastre permaneciam e que mais de um ano após a tragédia, pouco havia se avançado em termos de assistência às famílias vítimas.

A tragédia ocorrida em janeiro de 2011 foi um fenômeno que trouxe desdobramentos habitacionais, quais sejam, o déficit de residências disponíveis ao aluguel, o aumento das moradias diagnosticadas como de risco, a supervalorização das que se encontravam disponíveis e ainda o receio de proprietários em firmar contrato com os moradores de abrigos. Foi possível visualizar a manifestação da reprodução de processos que perpetuam a exclusão social, perpassando a tragédia climática e eclodindo como uma tragédia de dimensão social.

Embora a catástrofe tenha atingido diferentes classes sociais, seus desdobramentos se refletiram enfaticamente nas classes menos favorecidas, cuja resposta frente a tais tipos de problemas torna-se mais morosa e difícil. Entretanto, aos acadêmicos, entendidos como instrumento de articulação entre saber e prática, coube o desafio de identificar as demandas imediatas e de longo prazo, bem como a articulação de forças sociais que viabilizassem um espaço de discussão dado o momento em que demonstrava-se necessário a manutenção do acesso ao debate sobre novas formas de organização social e urbana nesse contexto.

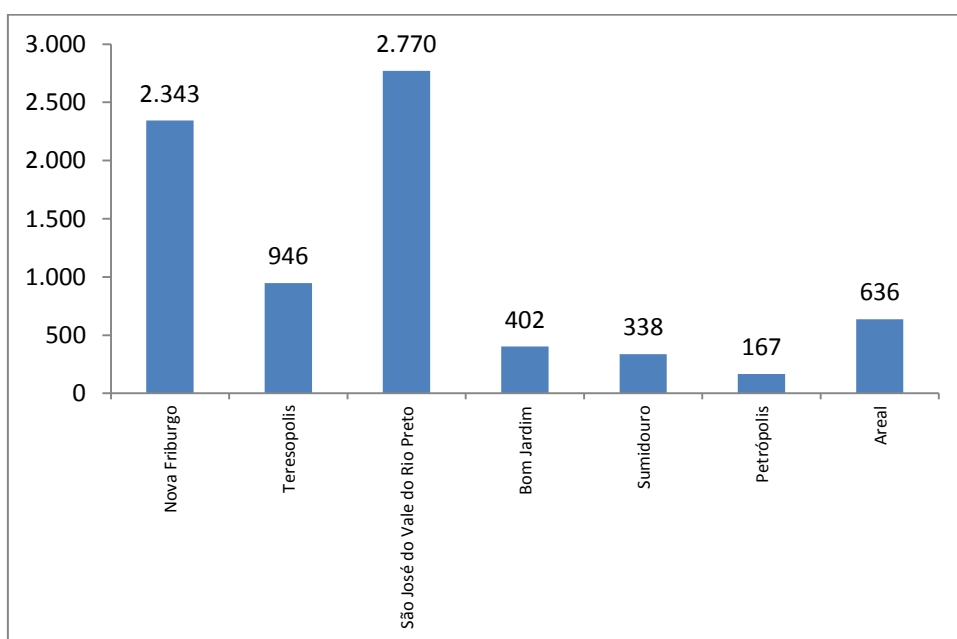
O Relatório de Perdas e Danos decorrente do desastre ocorrido na Região Serrana em 2011, realizado pelo Banco Mundial em 2012, estimou-se um custo total de R\$ 4,78 bilhões em decorrência do evento. “Em relação a propriedade dos danos, o setor habitacional foi o que registrou custos privados mais relevantes (R\$ 647 milhões)” (BANCO MUNDIAL, 2012, P. 9).

Gráfico 9: Perdas e danos, distribuição por setor



Fonte: Banco Mundial, 2012

Gráfico 10: Demanda de imóveis populares por município



Fonte: Banco Mundial, 2012

Segundo a Prefeitura de Nova Friburgo, até novembro de 2015, 1.857 casas populares foram entregues às vítimas dos desastres no município de Nova Friburgo. Ainda Segundo a prefeitura, em 2011, 20% das casas condenadas pela Defesa Civil foram demolidas e somente em abril de 2016 a demolição das casas interditadas em áreas de risco recomeçou. A Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro demoliu 136 edificações, o que gerou um gasto de cerca de R\$1,4 milhões. Devido à topografia irregular, existem muitas habitações em situações de risco de deslizamentos, o que foi

reforçado após o desastre de 2011, onde muitas moradias foram destruídas ou condenadas, aumentando o déficit habitacional. Estimou-se que em 2015 havia cerca de 40 mil famílias em situação de vulnerabilidade habitacional (PDUE, 2015).

Um estudo realizado em 2013, pela Fundação João Pinheiro avaliou a situação do déficit habitacional dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. O município de Nova Friburgo aparece com 9,8% e, portanto, como o quarto município em escala de domicílios em condições inadequadas, ficando atrás somente dos municípios de Casimiro de Abreu (11,6%), Rio Bonito (10%) e São Gonçalo (9,9%). O estudo ressalta que o “modelo concentrador e excludente do capitalismo, responsável por baixos salários, desemprego e subemprego, juntamente com a falta de habitações populares, impedem que grande parte da população adquira um lugar digno para morar.” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013, p. 2)

CAPÍTULO III: INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO DESASTRE

Como política integradora da Seguridade Social, a Assistência Social possui um caráter de política de proteção social articulada a outras políticas, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Pode-se considerar que os desastres ambientais constituem-se como ameaças à vida social, especialmente às populações que vivenciam a exclusão socioespacial e a socioeconômica, que são, majoritariamente, as mais afetadas nesses contextos. Por isso, “o risco de desastres deve ser pensado e gestado por um conjunto de políticas públicas e instituições e não apenas pela Defesa Civil.” (SANTOS, 2012, P. 36)

De fato, não podemos confundir a assunção de responsabilidade com o monopólio da ação e do conhecimento sobre a Defesa Civil. Entendemos que o aparelho de estado deve estar fortemente organizado e preparado para assumir sua responsabilidade no enfrentamento de desastres. Entretanto, essa assunção de responsabilidade não pode resultar na monopolização das ações de Defesa Civil por algum organismo público ou privado. Sabemos que esse monopólio pode ser observado quando a Defesa Civil se torna sinônimo de um nome de instituição ou de uma pessoa específica. A concentração de informação e de iniciativas em algum ator social ou governamental significa que tal monopólio está acontecendo. E o pior, essa concentração pode significar que a sociedade está exposta a perdas e danos. (LOPES, 2009, p. 05).

Dalcin e Kauchakje (2015) destacam o caráter participativo expresso por um dos preceitos da Defesa Civil: “Defesa Civil somos todos nós”. O Manual de administração de abrigos temporários, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Defesa Civil do Rio de Janeiro em 2003, contou com diversas categorias profissionais na participação da elaboração deste documento. Dentre eles estão oficiais do corpo de bombeiros, enfermeiros, médicos, dentistas, nutricionistas, psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais. Apesar de não ter sido revisto desde então, o documento revela-se um excelente instrumento quanto à orientação para o desenvolvimento e a gestão de abrigos temporários. Segundo o manual, cabe ao assistente social:

Orientar as famílias quanto aos seus direitos garantidos constitucionalmente; garantir a plena discussão sobre as possibilidades, limitações e conseqüências das situações apresentadas, realizar o levantamento socioeconômico das famílias afim de informar às autoridades locais a real situação das mesmas; facilitar recursos para a viabilização das famílias ao retorno da vida cotidiana; encaminhas as famílias para os programas de assistência disponíveis no município; acionar os órgãos de defesa (conselho tutela, ministério público) quando aos direitos das crianças, dos deficientes e dos idosos não forem respeitados; orientar e facilitar o procedimento para a retirada de documentação, que por ventura tenha sido perdida ou destruída em decorrência do evento; orientar quanto aos sepultamento gratuito, caso a ocasião assim exija. (SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL, 2003, p. 30)

Contudo, o autor chama atenção para o fato de o referido lema possa representar incerteza na composição profissional da composição da equipe de intervenção em situações de desastres fora do contexto dos abrigos, fato reforçado pela falta de definição das profissões que compõem este campo de intervenção. Os autores revelam ainda que “a população que mais sente os prejuízos da ausência de uma Defesa Civil organizada, é justamente aquela que vive em áreas de risco, possui baixa renda, e tem maiores dificuldades de acesso aos bens e serviços produzidos socialmente.” (DALCIN e KAUCHAKJE, 2015, p. 261).

No Brasil, os órgãos que atuam nos desastres estão organizados sob o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituído pela Lei 12.608/12, observe-se o texto destacado dos artigos 2º e 10: “Art. 2º É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre. [...] Art. 10. O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) é constituído pelos órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do

Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil. Parágrafo único. O SINPDEC tem por finalidade contribuir no processo de planejamento, articulação, coordenação e execução dos programas, projetos e ações de proteção e defesa civil”. (Brasil, 2016)

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) refere que os Assistentes sociais estão em todas as esferas que envolvem as situações de desastres, “da luta pelo direito à cidade à moradia digna ao trabalho com a população vítima de tragédias.” (COFEN, 2012). Ademais, compreendendo o assistente social como um profissional que atua no âmbito das relações sociais e políticas, junto a indivíduos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo ações que visem fortalecer sua autonomia, participação e exercício de cidadania, pautado nos princípios de defesa dos direitos humanos e justiça social, com objetivo de superação da desigualdade e de situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego (CFESS, 2010), busca-se nesse capítulo sistematizar as possibilidades de atuação deste profissional nas questões socioambientais bem como os instrumentos disponíveis para sua atuação.

É recente a inserção do assistente social no contexto de lutas socioambientais. Nunes *apud* carvalho e Silva e Silva (2013) ressalta que a temática ambiental no âmbito do serviço social só é inserida de maneira importante no ano de 2001, com o “desenvolvimento de importantes estudos sobre movimentos sociais urbanos na gestão socioambiental e jurídica nas cidades brasileiras; diagnóstico socioeconômico e ambiental e indicadores de desenvolvimento local sustentável. Silva e Silva e Carvalho (2006), ao analisarem o eixo temático de 760 teses e dissertações defendidas junto aos Programas de Pós-Graduação no período (PPG) de 1998 a 2002, identificaram a “Questão Urbana, Movimentos Sociais e Meio Ambiente” como o quarto eixo temático em escala de representatividade proporcional numérica, representando apenas 10,27% do total. Em relação aos projetos de pesquisa e produção de conhecimento na pós-graduação de Serviço Social no Brasil, as autoras identificaram esta temática como uma das menos representativas, presente em apenas 6,67% do total de 1.455 projetos de pesquisas avaliados no período de 2001 a 2003. Já Nunes (2013), destaca importantes avanços em cursos de especialização *lato sensu*, *strictu sensu* e de trabalhos científicos no âmbito do Serviço Social no triênio de 2010. Entretanto, a autora identificou, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), que dos 27 PPG de Serviço Social registrados de 2007 a 2009, apenas 3 tinham a temática

ambiental inserida como linha de pesquisa. Santos (2007), analisou as principais publicações de livros, revistas, dissertações, teses, anais de congressos e cadernos de Jornadas de Iniciação Científica sobre a produção teórica do Serviço Social no período de 1961 a 2006. A autora investigou 3.787 estudos e concluiu que a temática meio ambiente só começou a aparecer na década de 1990, representando apenas 1,05% do total de artigos pesquisados.

O surgimento das pesquisas referentes à temática socioambiental ocorre aproximadamente duas décadas ao processo de reconceituação do Serviço Social tradicional, movimento que surgiu da aproximação entre o Serviço Social e as produções marxistas e culminou com a revisão do Código de Ética do Assistente Social (1993) e a formulação de um projeto ético-político comprometido com a classe trabalhadora (Silva 2007). O processo de reconceituação criou as condições objetivas para um resgate mais denso sobre o papel desempenhado pela pesquisa e pela produção do conhecimento em nível de Serviço Social. Silva (2007) destaca que a preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimento em Serviço Social é recente se comparada com algumas importantes “áreas” das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa tendência se consolidou mais intensamente a partir do processo de reconceituação latino-americano, nas décadas de 80 e 90 do século XX, incorporando os limites e os avanços propiciados por este movimento. “É neste contexto e sob as condições objetivas propiciadas pela década de 1990 a pesquisa é reivindicada como um passo importante e crucial para a formação e para a intervenção profissional dos assistentes sociais” (SILVA, 2007, p. 287)

Ao que concerne ao exercício profissional, Gonçalves e Vargas (2015) destacam que o Serviço Social tem se firmado nesse âmbito através de vinculações institucionais indiretas, ou seja, que se dão principalmente através dos quadros profissionais das Secretarias responsáveis pelo Desenvolvimento Social local, acionados quase sempre em caráter emergencial e ainda, através de entidades de natureza filantrópica que na etapa do socorro se somam ao trabalho social efetivado em prol dos afetados. Os autores ressaltam ainda que além do embate de racionalidades distintas no entendimento do que cabe à gestão do desastre como compromisso protetivo, os assistentes sociais têm sofrido com as consequências da precarização dessas vinculações de trabalho (contratos temporários, baixos salários), o que fortalece o caráter de descontinuidade que as ações emergenciais de maneira geral têm firmado nesses contextos. Os autores destacam ainda

As ações/atribuições restritas destinadas a atender ao reino das necessidades reafirmariam, no âmbito das requisições profissionais atribuídas ao Serviço Social, a condição limitada da assistência social, fortemente atrelada às situações de emergência pós-impacto - ou ao que denominaremos engodo da emergência, que facilita a comoção e sensibilização momentâneas, justificando o apoio residual - em confronto com as conquistas históricas e coletivas experimentadas no campo dos direitos sociais, incluindo os avanços experimentados pela política de assistência social. (GONÇALVES E VARGAS, 2015, p. 15).

Nunes (2013) (*apud* Samagaia e Angioni (2009), Santos (2012), Silva (2013)), destaca-se que apesar de se fazer menção às inúmeras ações a serem desenvolvidas pela Política de Assistência Social, observa-se que essas ações vêm se restringindo ao momento do desastre e ao pós-impacto; A autora destaca ainda que, em termos de implementação de políticas públicas, os assistentes sociais possuem uma dedicação histórica, nos termos de Netto (1992) “executores terminais de políticas sociais” e que, embora embora esse ainda seja o “perfil predominante”, não é mais o exclusivo, sendo abertas outras possibilidades, uma atuação voltada para a gestão, o planejamento, a formulação e avaliação de políticas, programas e projetos. A Elaboração de Projetos faz parte das competências e atribuições do profissional de Serviço Social, previsto na Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 (CFESS, 1993a). Nesse contexto, compreendendo a relação entre a questão ambiental, urbana e habitacional, Silva (2012) enfatiza que a cidade é resultado da ação de diferentes agentes que possuem interesses diversos e, por vezes, antagônicos e que, portanto, é preciso não perder de vista os interesses em disputa no processo de elaboração e execução do Projeto Técnico Social, e, assim, evitar que este se configure apenas num projeto elaborado para cumprir “exigências” impostas para que o financiamento seja aprovado e não se constitua, de fato, numa possibilidade de participação efetiva da comunidade e de garantia dos direitos dos mesmos.

Dessa maneira, é essencial a participação do profissional de Serviço Social na elaboração e acompanhamento de Projetos Técnico Sociais, pelo fato deste profissional possuir dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional, devendo assim estar comprometido com a sociedade, em concordância com o CFESS (1993) onde o Código de Ética Profissional afirma que o Assistente Social deve realizar a:

II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

Silva (2013) entrevistou sete assistentes sociais que atuavam com a questão socioambiental na região da Grande Florianópolis/SC e evidenciou que quatro dessas orientavam e/ou elaboravam projetos ambientais, sendo duas dessas vinculadas a Secretarias Municipais de Habitação, com projetos elaborados, principalmente, para dar continuidade ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), porém executados por empresas que passaram por processo de licitação; uma vinculada a uma instituição com sociedade de economia mista, cujos projetos eram elaborados enquanto exigência para a implantação de sistema de esgotamento sanitário; e uma vinculada a um órgão público que não executa os projetos, porém orienta na sua elaboração e participa do processo de aprovação e acompanhamento da execução das obras para a liberação das verbas.

Gonçalves e Vargas (2015) identificaram inúmeras manifestações de Conselhos e de instituições de ensino superior, sobretudo após aos desastres ocorridos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Dentre os eventos realizados, os autores ressaltaram “amateria intitulada “A culpa não é da natureza” elaborada pelo CRESS 7ª Região/RJ, em seu informativo “Praxis” (jan/fev de 2013) com ênfase no trabalho do Assistente Social em contexto de desastre”, que chama a atenção para a naturalização da desigualdade e para atuação do assistente social para além de ações da situação de emergência.

Em 2012, o “4º Fórum de assistência Social do Ministério da Defesa” discutiu o trabalho de assistentes sociais nas situações de emergência, desastres e calamidades públicas, e as formas de enfrentamento a esses acontecimentos no Brasil por meio de políticas públicas. O evento discutiu a incipiente produção científica acerca da temática e destacou algumas atividades exercida por esta categoria profissional em situações de desastres:

Normalmente, em casos de tragédias, como enchentes ou desabamentos, assistentes sociais desenvolvem inúmeras atividades, como: assumem locais de abrigos temporários, participam de grupos de discussões sobre o acontecimento com a população atingida, com

outras categorias profissionais e com as autoridades, fazem encaminhamentos das pessoas para atendimento médico e psicológico, atendem e cadastram as famílias, coletando dados sobre as perdas materiais e, principalmente, buscando informações sobre pessoas desaparecidas ou vítimas fatais, orientam a população quanto a seus direitos, entre outras atividades. (CONSELHO FEDERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012)

Ainda neste evento, um grupo de assistentes sociais da Divisão de Assistência Social do Ministério da Defesa (DIVAS) destacou a classificação deste tipo de atendimento, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais prevista na Resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social

Muitas atividades decorrem da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), constante da Resolução nº 109/2009, que define o serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências como um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Ainda que o fenômeno demande ações de prevenção, resposta e recuperação, assistentes sociais das Forças Armadas normalmente atuam no pós-impacto, com ações de resposta que compreendem atividades como: identificação de famílias atingidas, levantamento de perdas e danos, avaliação socioeconômica para reposição de itens de necessidade básica, mapeamento da rede de atendimentos, referência e contrarreferência, apoio no gerenciamento de abrigos temporários e encaminhamentos diversos. Cabe ainda ressaltar que as experiências de intervenção congregam atendimentos à sociedade em geral e atendimentos específicos ao público alvo da Política de Assistência Social das Forças Armadas: militares e servidores/as civis lotados/as na Marinha, Exército e Aeronáutica e seus familiares.

Ainda tratando de políticas públicas, o documento “Desastres naturais e Saúde no Brasil” relaciona o Sistema de Saúde à gestão de riscos de desastres interligando-o à uma colaboração intersetorial e interinstitucional. O documento reflete a realidade brasileira acerca dos desastres relacionando-os com as “forças motrizes” que as geram e as respectivas políticas nacionais associadas. (OPAS, 2014)

Tabela VI: Ações do governo para redução de vulnerabilidades socioambientais geradas pelas forças motrizes, pressões e situações do desenvolvimento aplicado no território

Forças motrizes, pressões e situações : geradores de desigualdades socioambientais	Estatuto das Cidades	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil	Política Nacional de Resíduos Sólidos	Política nacional de Saneamento Básico	Política Nacional de Recursos Hídricos	Política Nacional de Promoção da Saúde	Política Nacional de Meio Ambiente	Política Nacional de Assistência Social
Pobreza extrema			x			x		x
Adensamento populacional	x	x						
Déficit habitacional	x							
Infraestrutura urbana inadequada	x	x	x	x	x		x	
Degradação ambiental de áreas frágeis	x	x	x	x	x		x	

O desastre de 2011 evidenciou e consolidou uma reorientação das políticas públicas de enfrentamento aos desastres. Oliveira (2015) ressalta a reorientação na forma de enfrentamento situando-a na Instrução Normativa nº 1, de 24 de Agosto de 2012

[...] estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências (Ministério da Integração Nacional, 2012).

A referida Instrução Normativa trouxe a nova Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), que substitui a Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos (CODAR). A COBRADE tem por objetivo adequar a classificação brasileira à utilizada pela ONU e demais organismos internacionais, assim como “o nivelamento do país aos demais organismos de gestão de desastre no mundo” (op.cit). Assim, em substituição ao CODAR, que classificava os desastres em Naturais, Antropogênicos e Mistos, a partir de então ficam definidas duas categorias de Desastres; os Naturais, divididos em cinco Grupos, treze Subgrupos, vinte e quatro Tipos e vinte e três Subtipos; e os Tecnológicos dividem-se em cinco Grupos, quinze Subgrupos e quinze Tipos. (Oliveira, 2015)

Ainda no sentido da reorientação da política de gestão de desastres, o Plano Nacional de Gestão de Risco e Respostas aos Desastres 2012 – 2014 reforçaram a mudança paradigmática na forma de como as estruturas da Defesa Civil devem ser

constituídas no território, enfatizando primeiramente a proteção frente aos desastres. As ações do plano estão divididas em quatro eixos temáticos – prevenção, mapeamento, monitoramento e alerta e resposta a desastres. O eixo prevenção contempla as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) voltadas à redução do risco de desastres naturais. Dentre as ações previstas neste eixo, estavam: obras de contenção de encostas, drenagem urbana e controle de inundações; construção de sistemas de captação, distribuição e armazenamento de água potável nas regiões do semiárido para enfrentamento aos efeitos da seca. No eixo mapeamento estava previsto o mapeamento de áreas de alto risco de deslizamento, enxurradas e inundações em 821 municípios prioritários. Nesses estava previsto a elaboração de planos de intervenção, que identificassem a vulnerabilidade das habitações e da infraestrutura dentro dos setores de risco, bem como a proposição de soluções para os problemas encontrados. Já o eixo monitoramento e alerta contemplou as ações previstas neste eixo têm como objetivo o fortalecimento do Sistema de Monitoramento e Alerta, especialmente por meio da ampliação da rede de observação e da estruturação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) e do Cenad. Ademais, preveu-se a implementação de salas de situação em todos os estados para monitoramento hidrológico pela Agência Nacional de Águas (ANA). Por último, o eixo de resposta a desastres, envolveu um conjunto de ações voltadas ao aumento da capacidade de resposta frente à ocorrência de desastres, tais como a criação da Força Nacional de Emergência e a mobilização da Força Nacional de Segurança no apoio aos estados e municípios quando ocorrerem desastres de grande magnitude, visando acelerar a execução das ações de recuperação e socorro. Ampliou-se a implementação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, com o objetivo de agilizar os repasses aos estados e municípios dos recursos para ações de socorro, assistência e restabelecimento de serviços essenciais. Para agilizar a aquisição de produtos de primeira necessidade, previu-se a disponibilização de atas de registro de preços para estados e municípios que tenham sua capacidade gerencial comprometida. As Forças Armadas e os órgãos de defesa civil serão equipados e capacitados para atender às ações de socorro e assistência. Além disso, previu-se a disponibilização de unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida e recursos para ações de socorro, assistência e reconstrução aos estados e municípios atingidos em casos de ocorrências de desastres.

Não foi possível encontrar estudos de avaliação referente ao Plano Nacional de Gestão de Risco e Respostas aos Desastres 2012 – 2014 assim como não foi possível localizar novo Plano referente aos anos posteriores.

CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão de curso, além de oportunizar a vivência e mediações na busca da totalidade dos eventos que precedem o desastre, oportunizou conhecer a ação profissional dos assistentes sociais in loco no contexto pós-desastre. No intuito de refletir e relacionar o potencial de ação profissional do Serviço Social frente aos desastres sistematizou-se a experiência do Serviço Social diante das consequências das intensas chuvas de janeiro de 2011, que gerou 889 mortes e afetaram o cotidiano da população da Região Serrana do Rio de Janeiro e que oportunizou a reflexão dos limites e possibilidades da profissão em situações de desastres.

O presente estudo buscou ainda sistematizar algumas possibilidades de atuação do assistente social no âmbito da questão socioambiental, com enfoque às situações de desastres, pelo fato de compreender que se faz necessário que a referida temática seja incorporada como objeto de atenção de profissionais assistentes sociais, tanto na produção de conhecimento científico quanto na prática profissional cotidiana. Buscou-se então, a oposição à naturalização dos desastres, defendendo-o como um fenômeno inerentemente social, destacando que o ambiente é produto de uma construção social e histórica.

Sob esta lógica, faz-se necessário o debate e a documentação de experiências que integrem os eixos teórico-metodológico, éticopolítico e técnico-operativo onde

O projeto ético-político do Serviço Social constitui ferramenta essencial e referência a todos os profissionais que buscam imprimir um diferencial de qualidade neste terreno, deve ter como perspectiva o fortalecimento da articulação com “[...] os movimentos sociais e da reflexão no âmbito da formação e do exercício profissional quanto à necessidade histórica da luta pelo direito ao meio ambiente e o compromisso com a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora” (CFESS, 2012b, p. 2).

Compreende-se que o grau de vulnerabilidade de um território frente aos desastres está intimamente relacionado com as formas com que a sociedade se organiza

para a prevenção destes. Nesse contexto, é importante que o serviço social se aproprie desse novo campo de trabalho. Entretanto, embora o campo pareça extenso, num espaço emergente como a temática socioambiental, o assistente social precisa munir-se de recursos, instrumentos, e ferramentas que demonstrem a efetividade desta intervenção, orientadas pela direção social contra-hegemônica, legitimando dessa maneira, suas relações interdisciplinares e institucionais. Nessa perspectiva, se insere a valorização e a importância do fortalecimento do território pensado como localização e como elemento essencial para a efetivação do acesso à proteção social, no que se refere aos serviços socioassistenciais ofertados nos Conselho Regional de Assistência Social, pois possibilita uma proximidade entre o poder público e a população. Neste espaço, é possível afirmar que uma abordagem afinada com a concepção de vulnerabilidade orienta-se para os processos, pois examina as estratégias que as famílias utilizam para lidar com os riscos e a queda de bem estar. Diante deste entendimento, é importante destacar que as situações de risco e vulnerabilidade ocorrem de forma diferenciada em cada território, já que cada território tem suas especificidades e particularidades. Nesse sentido, “o território é a extensão apropriada e usada e deve ser vista como unidade e diversidade para atuação do assistente social. Ademais, o território deve ser incorporado ao projeto político, entendido como os vários espaços sociais de um país, palco das ações humanas.” (Nascimento e Melazzo, 2013).

É perceptível a importância da sistematização para o trabalho do assistente social e no caso desta pesquisa para o trabalho deste profissional social no âmbito da questão da prática no que concernem as condições que antecedem, deflagram e geram os desastres, por terem um impacto imediato na reflexão sobre dimensões do exercício profissional, favorecendo uma reordenação desta experiência e possibilitando uma contribuição para o Serviço Social no âmbito dos estabelecimentos onde atua e nos processos de conquista de uma maior autonomia profissional.

Apesar dos avanços sobre a temática ambiental no âmbito do projeto ético-político do Serviço Social, ainda há muito a avançar para a efetivação dos direitos sociais neste contexto. Os aspectos da qualidade de vida da sociedade e as formas que ocorrem com as articulações políticas em torno dos serviços sócio-ambientais possuem conexão com as áreas de saneamento, moradia, trabalho, alimentação, educação, transporte, lazer entre outros. Como limites da inserção do assistente social neste contexto a posição periférica da questão socioambiental nos programas governamentais

em todos os níveis e a alta suscetibilidade às flutuações político-institucionais, pela hegemonia de uma cultura política conservadora e clientelística, pela carência de financiamento para pesquisas integradas interdisciplinares, e pelo baixo nível de interação entre as instituições de gestão e de pesquisa científico-tecnológica e as comunidades locais.

Com base neste trabalho, sugere-se a incorporação acadêmica de disciplinas em cursos de nível superior que discutam a temática da atuação profissional em desastres. Espera-se que, dessa maneira, seja possível superar o caráter imediatista das ações assim como estimular a produção de conhecimento científico e, conseqüentemente, a legitimação deste espaço de atuação.

Mediante as referidas considerações, menciona-se que as novas possibilidades de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas e que cabe ao Serviço Social refletir sobre o seu lugar profissional num contexto que é caracterizado por impasses e disputas entre diferentes visões de sociedade e dos grupos sociais que a compõem. Importante ressaltar que não se trata de pensar sua prática de forma isolada, mas de situar a mobilização dessa forma específica de saber, em meio a outros tantos, considerando-a de forma crítica na relação com outros saberes e sujeitos sociais demandantes do seu trabalho

A cidade é o reflexo da organização da sociedade, onde existem grandes abismos sociais, que geram a segregação espacial, pois vive-se na e da cidade e quem dela possa produzir e se reproduzir. A desigualdade de acesso é evidenciada quando ocorre um desastre, pois os pobres por serem encontrados em situação de vulnerabilidade, e com baixa capacidade de resposta, são os mais atingidos, embora todos venham a ser afetados.

Os episódios de enxurradas e movimentos de massa que marcaram a história do Rio de Janeiro, mas que também são recorrentes em outras regiões do Brasil, demonstram a previsibilidade das ocorrências e a fragilidade histórica do poder público em tratar a questão habitacional por intermédio de políticas de caráter preventivo para a redução de danos, o que deve ser situado e discutido sob o contexto da ofensiva neoliberal e o esvaziamento de políticas sociais estruturantes e efetivas.

As políticas de atendimento aos afetados em desastres estão enredadas num contexto no qual o Estado lida com a situação de vulnerabilidade dos grupos sociais

afetados em desastres como sendo a situação de normalidade. Isso porque se trata de um Estado que trata a “questão social” por uma visão de mundo que é inerentemente excludente, com viés de classe, fazendo com que a qualidade das ações de prevenção e reabilitação colocadas em curso caracterize-se pelos baixos padrões de qualidade, balizadas na provisão das necessidades consideradas básicas (abrigo e cesta básica). Este contexto evidencia que enquanto a persistência da vulnerabilidade for tratada naturalidade, as políticas de atendimento aos afetados em desastres continuarão precárias.

Destaca-se a importância de que a leitura profissional sobre os desastres, as demandas trazidas a partir desse contexto ao assistente social e a inserção profissional na gestão, possam ser deslocadas de seu caráter tendencialmente imediatista, residual e emergencial para uma análise que possibilite a crítica coerente ao que tal fenômeno revela, ou seja, ser processo originado de um sistema social inerentemente contraditório e desigual. A prática profissional é desafiada à construção de uma ação emancipatória, considerando uma perspectiva de totalidade, também no âmbito da gestão dos desastres.

Observou-se, a partir do desastre de 2011, uma mudança teórica na forma de abordagem dos desastres e as implicações que eles causam, partindo-se para compreensões mais dinâmicas, deixando-se de enfatizar exclusivamente os fenômenos geofísicos e incorporando de forma mais incisiva a dinâmica da sociedade, que ficou evidente com a aprovação da lei 12.608/12 e com o Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais 2012-2014, situando uma mudança paradigmática na forma com as estruturas da Defesa Civil devem ser constituídas no território, enfatizando primeiramente a proteção frente aos desastres, que vai ao encontro das atuais políticas de gerenciamento de risco, as quais devem ser adotadas com a finalidade de reduzir as tragédias no Brasil. Contudo, faltam estudos que dêem conta da avaliação da aplicação, efetividade e continuidade dessas políticas nos anos posteriores.

A necessidade histórica de luta pelo direito ao uso privilegiado do lugar e do espaço sob o contexto da questão urbana alia-se ao compromisso com a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora. Esse é um desafio possível apenas se fundamentado na perspectiva de fortalecimento e de articulação com os movimentos sociais para a construção e fortalecimento de políticas públicas. Para tanto, faz-se imperativo o desenvolvimento de uma reflexão no âmbito da formação e do exercício profissional, trazendo para um lugar privilegiado, no âmbito da profissão, as questões de

atuação deste profissional no contexto de desastres, que se ampliam e se tornam cada vez mais complexas, exigindo a elaboração de novas respostas.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T. S. **Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo**. Revista brasileira de ciências sociais, vol. 14, n.º 40. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712> Acesso em: 22 out 2016.

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. **Espaço temático formação e exercício profissional em serviço social: A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção**. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000200006>. Acesso em: 12 jun 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO. **Política Nacional de Estágios**. Brasília: Cfess/Abepss, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf> Acesso em: 08 out 2016.

BANCO MUNDIAL. **Avaliação de Perdas e Danos: Inundações e deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro**. 2011. Brasília, 2012. Disponível em: <http://mi.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=74dde46c-544a-4bc4-a6e1-852d4c09be06&groupId=10157> Acesso em: 20 nov 2016

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012. **Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=822a4d42-970b-4e80-93f8-dae395a52d1&groupId=30109Z> Acesso em: 13 mar. 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional. Instrução normativa nº 2, de 20 de dezembro de 2016. **Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências**. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=60&data=22/12/2016>> Acesso em: 04 fev 2017.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Centro Nacional de Riscos e Desastres**. 2012. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/defesa-civil/cenad/apresentacao>> Acesso em: 05 abr 2017.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Plano Nacional para a Prevenção de Desastres Naturais**. 2012-2014. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/apresentacoes-2012/120808_plano_nac_risco_2.pdf>. Acesso em 23 abr 2017.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Sistema Integrado de Informações sobre desastres**. Disponível em: <<https://s2id.mi.gov.br/>>. Acesso em: 28 de dez 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Programas do Governo. Cadastro Único**. 2015. Disponível em: <<http://www.programadogoverno.org/category/cadunico/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. Brasil. Ministério da Integração Nacional. **Apresentação do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres**. 2012. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/apresentacoes-2012/120808_plano_nac_risco_2.pdf>. Acesso em: 1 nov de 2016

_____. Lei 8.662/93. Conselho Federal do Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/site/images/cep_2011.pdf>. Acesso em: 20 fev 2015.

BUSCH, Amarílis. AMORIM, Sônia. **A tragédia da região serrana do Rio de Janeiro em 2011: procurando respostas**. 2011. Disponível em: <http://casoteca.enap.gov.br/index.php?option=com_multicategories&view=article&id=50:a-tragedia-da-regiao-serrana>. Acesso em: 20 mai 2016.

BARCELLOS, Frederico Cavadas ;OLIVEIRA, Sonia Maria M. C. **Novas Fontes de Dados sobre Risco Ambiental e Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT11-848-561-20080509105611.pdf>>. Acesso em: 15 mai 2015.

CARDONA, Omar Dario. **Evaluación de la amenaza a la vulnerabilidad y el riesgo: "Elementos para el Ordenamiento y la Planeación del Desarrollo"**. Bogotá. Disponível em : <<http://www.desenredando.org/public/libros/1993/ldnsn/html/cap3.htm>> Acesso em: 08 out 2016.

CARDOZO, Paola. **Análise preliminar das áreas em situação de vulnerabilidade social nos municípios de Petrópolis e Teresópolis (Serra dos Órgãos - Rio de Janeiro, Brasil), relacionadas aos movimentos de massa**. Disponível em: <http://www.ess.inpe.br/courses/lib/exe/fetch.php?media=cst-310-popea:trabalhopopea_paola.pdf>. Acesso em: 10 fev 2016.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Situações de desastres requerem assistentes sociais**. 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/864>> Acesso em: 18 mar De 2017.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução CFESS nº 273/93. **Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1993b. Disponível em: <cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/1038413/res-273-institui-codigo-etica.pdf> Acesso em: 11 out 2016.

_____. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Proposta do CFESS no Brasil para definição de Serviço Social**. 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/definicao_ss_fits_SITE_por.pdf>. Acesso em: 20 abr 2017

CENTRE FOR RESEARCH ON THE EPIDEMIOLOGY OF DISASTERS. The **International Disaster Database**. Disponível em: <http://www.emdat.be/publications?field_publication_type_tid=All&page=1>. Acesso em: 11 out 2016.

CEPERJ. **Regiões de Governo e Municípios. Estado do rio de Janeiro**. 2014. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/Reg%20Gov_2013.pdf>. Acesso em: 06 ago 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Prejuízos causados por desastres naturais -2012 a 2015**. 2016. Disponível em: <[http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Preju%C3%ADzos%20causados%20por%20desastres%20naturais%20-%202012%20a%202015%20\(2016\).pdf](http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Preju%C3%ADzos%20causados%20por%20desastres%20naturais%20-%202012%20a%202015%20(2016).pdf)>. Acesso em: 10 out 2016.

CORREIA, T. et al. **Distribuição espacial da precipitação pluvial mensal no estado do Rio de Janeiro**. Guarapari 2011 Disponível em: <http://www.sbagro.org.br/anais_congresso_2011/cba2011/trabalhos/06/cba06_135_206.pdf>. Acesso em: 20 jan 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÃO. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010**. BELO HORIZONTE, 2013. DIREITO À MORADIA. Situação do Déficit Habitacional. Disponível em: <http://www.incid.org.br/pdf/DIREITO%20%20C3%80%20MORADIA_Situa%C3%A7%C3%A3o%20do%20D%C3%A9ficit%20Habitacional.pdf>. Acesso em: 01 mai 2017.

GONÇALVES, Rafael Soares; VARGAS, Dora. **Desastres e Justiça Ambiental: um desafio para o Serviço Social**. Revista O Social em Questão - Ano XVIII - nº 33 – 2015. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.pucrio.br/media/OSQ_33_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 fev 2016.

GONDIN, Maria de Miranda; MONKER, Maurício. **Territorialização em saúde**. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tersau.html>>. Acesso em: 02 mai 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17. Ed. São Paulo: Cortez: 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO. **Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo – Característica da População e Domicílios**. Rio de

Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330340&idtema=67&search=rio-de-janeiro|nova-friburgo|censo-demografico-2010:-resultados-do-universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios->> . Acesso em: 02 mai 2011.

_____. **Cidades**.IBGE,2010 Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330340&search=rio-de-janeiro|nova-friburgo>>. Acesso em: 20 set 2016.

_____. **Aglomerados Subnormais. Informações Territoriais**. IBGE, 2010. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acesso em: 12 dez 2016

LAMPIS, A. **Pobreza y riesgomedioambiental**:Un problema de vulnerabilidad y desarrollo. Centro Interdisciplinario de Estudios sobre Desarrollo. 2010. Disponível em: <<http://www.desenredando.org/public/varios/2010/2010-08-30_Lampis_2010_Pobreza_y_Riesgo_Medio_Ambiental_Un_Problema_de_Development.pdf>. Acesso em: 10 jun 2016.

LICCO, Eduardo Antonio. **Vulnerabilidade social e desastres naturais**: Uma análise preliminar sobre Petrópolis, Rio de Janeiro , 2013. Disponível em:

<<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/319/301>> Acesso em: 10 mai 2016.

LOPES, Daniela Cunha. **Construindo comunidades mais seguras**: preparando para a ação cidadã em Defesa Civil. Florianópolis: UFSC/CEPED; [Brasília]: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2009. Disponível

em:< http://www.defesacivil.pb.gov.br/documentos/doc_download/989-construindo-comunidades-mais-seguras-preparando-para-a-acao-cidada-em-defesa-civil-> Acesso em: 12 mar 2017

MARCHEZINI, Victor. **A produção simbólica dos desastres naturais**: composições, seleções e recortes . Revista Interseções [Rio de Janeiro] v. 16 n. 1, p. 174-196, jun.

2014 Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/viewFile/13468/10280>> Acesso em: 4mai 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em:

<http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf> Acesso em: 02 de fev

NASCIMENTO, Paula Fonseca; MELAZZO, Everaldo Santos. **Território: conceito estratégico na assistência social**. Revista Serviço Social, LONDRINA, V. 16, N.1, P. 66-88, JUL./DEZ. 2013. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/16148/14624>>
Acesso em 02 de fevereiro de 2017.

NARVÁEZ, Lizardo; LAVELL, Allan.; ORTEGA Gustavo Perez . **La gestión del riesgo de desastres: un enfoque basado en procesos**. Lima: Secretaría General de la Comunidad Andina; 2009. Disponível em:
<http://www.comunidadandina.org/predecan/doc/libros/procesos_ok.pdf> Acesso em: 10 ago 2015.

NUNES, Letícia Soares. **A questão socioambiental e a atuação do assistente social**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 196 - 212, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/13337/9623>> Disponível em: 12 mar 2017.

OLIVEIRA, Edson Luis de Almeida. **A reorientação das políticas públicas para prevenção e redução dos desastres naturais no território brasileiro**. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 42, n.1: 217-233, jan., 2015. Disponível em:
<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/45910/32943>. Acesso em 10 mai 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em:<http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccodion=0&li=li_rIDHM> Acesso em: 06 ago 2015.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Revista Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 376 - 389, ago./dez. **Questão habitacional no território: sobre soluções para a acumulação na racionalidade burguesa**. Disponível em:
2012<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/11956/8644>. Acesso em 02 abr 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. **Histórico da cidade**. Disponível em: <<http://novafriburgo.rj.gov.br/nova-friburgo/>> Acesso em : 22 jun 2015.

_____. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e Trabalho. **Listagem dos abrigos provisórios destinados ao acolhimento das vítimas da tragédia de Nova Friburgo**. Disponível em:
<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/Nova_Friburgo_Relacao_de_abrigos_ATUALIZADO_24_02_2011.pdf> Acesso em: 19 jun 2016

_____. FREZ, ANDERSON. **Mais 300 apartamentos são entregues no Condomínio Terra Nova em Nova Friburgo em presença da presidente Dilma e do governador Pezão**. Publicado em 11 novembro de 2015. Disponível em:
<<http://novafriburgo.rj.gov.br/2015/11/mais-300-apartamentos-sao-entregues-no-condominio-terra-nova-em-nova-friburgo-em-presenca-da-presidente-dilma-e-do-governador-pezao/>>. Acesso em: 12 abr 2016.

_____. Geoinformação. Distritos de Nova Friburgo. 2017. Disponível em: <<https://meioambientedigital.pmnf.rj.gov.br/geoespacial/geoinformacao/anexos/NA>>. Acesso em: 25 mar 2017.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. Disponível em: <https://geografiamb2.files.wordpress.com/2009/03/metamorfose_do_espaco_habitado_-_milton_santos.pdf> Acesso em: 04 jun 2015.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo:Hucitec, 1997. p. 114-118. Disponível em: <<http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/tecnica-espaco-tempo-milton-santos.pdf>> Acesso em: 15 mai 2014.

SANTOS, Wederson Rufino. **Deficiência e BPC**: o que muda na vida das pessoas atendidas? Rio de Janeiro, Ciência & Saúde Coletiva, vol. 16, supl.1. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000700009>. Acesso em: 12 dez 2016.

SALTO, Silvia M. **Desastres Naturais**: Conceitos básicos. Disponível em: <http://www.inpe.br/crs/crectalc/pdf/silvia_saito.pdf> Acesso em: 10 ago 2015

SANTOS, Rúbia. **Gestão de desastres e política de assistência social**. Revista Brasileira Katálysis, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 32-40,. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/download/S1414-49802012000100004/22133>> Acesso em: 12 mar 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL. Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Manual de administração de abrigos temporários**. 2003. Disponível em: <http://esdec.defesacivil.rj.gov.br/images/documentos/manual_abrigo_sedec_rj.pdf> Acesso em 01 de maio de 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche. **A pós-graduação e a produção de conhecimento no serviço social brasileiro**. 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/158/1/A%20POS-GRADUACAO%20E%20A%20PRODUCAO%20DE%20CONHECIMENTO.pdf>> Acesso em: 18 mar 2017.

SILVA, Carlos Henrique R. Tomé . **Desastres Naturais e Desenvolvimento Sustentável**, 2012. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/desastres-naturais-e-desenvolvimento-sustentavel>> Acesso: 7 jun 2015.

SILVA, José Fernando Siqueira. **Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 282-297. jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2319/3248>> Acesso em: 25 mar 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais**. 2012. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/atlas-brasileiro-de-desastres-naturais-1991-a-2012/>> .Acessoem: 15 abr 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Capacitação Básica em Defesa Civil: Classificação e Codificação Brasileira de Desastres 2012**. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/3958478/0/Anexo+V+-+Cobrade_com+simbologia.pdf/d7d8bb0b-07f3-4572-a6ca-738daa95feb0>. Acesso em: 17 jun 2016.

VALÊNCIO, Norma(Org). **Sociologia dos desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos:Rima. 2010. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/04/SociologiaDesastres_VII_NEPED_CFP.pdf> Acesso em 2jun 2015.

Anexo 1: Listagem dos abrigos provisórios destinados ao acolhimento das vítimas da tragédia de Nova Friburgo

Abrigos	Bairro	Equipe avaliadora	Famílias abrigadas	Composição familiar							Portadores de deficiência física	Num de pessoas	Comentários
				0 à 11 anos	12 à 18 anos	19 à 60 anos	> 60 anos	Gestante	amamentando				
Escola Municipal Ernesto Tessarolo	Alto Floresta	1	4	5	1	6	0	0	0	0	12	Regular/ruim	
Igreja Santa Teresinha	Alto Floresta	1	3	0	0	1	5	0	0	0	6	Condições de higiene regular	
Residência senhor X	Alto Floresta	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Desativado	
Assembléia de Deus Central	São Geraldo	1	1	1	0	1	0	0	0	0	2	Família abrigada possui parentesco direto com proprietário	
Assembléia de Deus - Central santa Bernadete	São Geraldo	1	2	3	3	1	1	0	0	0	8	Ruim	
Escola Municipal Izabel Gomes Siqueira	Parque das Flores	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Desativado	
Humédica Brasil	Campo do Coelho	2	8	10	3	15	0	0	2	0	30	Satisfatório	
Escola Municipal Rui Sanglard	Rui Sanglard	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Desativado	
Casarão	Rui Sanglard	1	8	4	2	16	0	0	2	0	24	Uma criança sem registro civil. Ruim	
CIEP Lício Teixeira	Olaria	1	5	11	5	8	0	0	0	0	24	Satisfatório	
Creche Maria José Mafort	Olaria	1	2	2	4	5	1	0	0	0	12	Satisfatório	
Creche Municipal Carmem Rodrigues de Souza	Bela vista	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Desativado	
Residência particular	Parque Maria Teresa	1	4	3	2	6	0	0	0	0	11	Satisfatório	
EE. Emília Roschemant	Rio Grandina	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Desativado	
Residência particular	Rio Grandina	1	2	3	0	2	1	0	1	0	7	Satisfatório	
Congregação da Aliança com Cristo	Rio Grandina	1	2	3	2	3	1	0	0	0	9	Muito satisfatória	
Igreja Nossa Senhora do Rosário	Rio Grandina	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Desativado	
Igreja Assembléia de Deus Olaria	Maringá	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Desativado	
Residência particular	Prado	1	2	0	0	2	0	0	0	0	2	à ser desativado	
Creche Tia Laene	Prado	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Desativado	
Escola Umbelina Breder de Queiroz	Jardim Califórnia	1	1	1	3	2	0	0	0	0	6	Satisfatório. À ser desativado	
SASE	Olaria	1	31	32	10	40	3	3	2	3	93	Péssima. Questões de segurança pública	
CEIFA	Braunes	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Desativado	
E.M. Claudir Antonio de Lima	Catarcione	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Desativado	
Ginásio Esportivo de Cordoeira	Cordoeira	1	8	5	4	10	2	0	0	0	21	Regular	
E.M. Lafayette Braco Filho	Floresta	1	15	9	6	14	1	0	1	0	31	Péssima. Questões de segurança pública	
Capela Nossa Senhora de Fátima	Tinguly	1	3	3	3	6	2	0	0	0	14	Regular	
Assembléia de Deus Ministério Apocalipse	Maringá	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Desativado	
Capela São Cristóvão	Duas Pedras	1*	3	8	0	4	6	0	0	0	18	Regular	
Cei Sebastiana Carneiro de Mello	Duas Pedras	1*	5	4	5	7	0	0	0	1	17	Satisfatória	
Abrigo Residência Paola	Duas Pedras	1*	3	2	1	5	1	0	1	0	10	Satisfatória	
Antiga Aldeia da Criança Alegre - casa 2	Amparo	1	4	0	2	0	0	0	0	0	2	Satisfatório	
Antiga Aldeia da Criança Alegre - casa 3	Amparo	1	1	0	2	0	0	0	0	0	2	Satisfatório	
Antiga Aldeia da Criança Alegre - casa 4	Amparo	1	3	3	7	0	0	0	0	0	10	Satisfatório	
Antiga Aldeia da Criança Alegre - casa 5	Amparo	1	3	3	0	5	2	0	1	0	11	Regular	
Antiga Aldeia da Criança Alegre - casa 6	Amparo	1	1	3	0	2	0	0	0	0	5	Satisfatório	
Paróquia Imaculada Conceição Coração de Maria - São Pedro e São Paulo	Duas Pedras	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Desativado	
Laboratório Inato	Três Cachoeiras	2	11	14	7	23	1	0	0	0	45	Regular. À ser desativado	
Creche Nadir Cardoso	Chácara do paraíso	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Desativado	
			135	132	72	184	27	3	10	4	432	432	